

*Samora M. Machel*

**O processo da  
revolução democrática  
popular  
em Moçambique**



---

# INTRODUÇÃO

*Entre 1967 e 1970 uma crise severa abalou a FRELIMO.*

*A luta armada de libertação nacional desencadeada em 25 de Setembro de 1964 alcançara numerosos sucessos, a terra e os Homens tinham sido libertados em várias regiões. Cerca de 1/5 do território nacional e centenas de milhares de homens viviam livres. Que conteúdo dar a esta liberdade? Qual o significado prático e imediato da libertação em termos de transformação da sociedade das relações sociais entre os homens? Como orientar a criação do exército popular, como unificar as nossas concepções de maneira a elaborarmos um pensamento dirigente, como prosseguir a linha de alargamento da frente salvaguardando os interesses fundamentais das massas laboriosas, como pôr em prática a política de promoção da mulher, como afrontar o imperialismo que reforça a sua aliança com os colonialistas? Estas e numerosas outras questões tinham um impacto imediato na nossa realidade.*

*Duas concepções, duas linhas reflectindo interesses opostos exprimiam-se sobre estes diferentes problemas no nosso seio. A contradição que se manifestara primeiramente sobre questões aparentemente isoladas e secundárias desenvolveu-se rapidamente e revelou a sua natureza antagónica.*

*O processo de resolução da contradição inicia-se com o II Congresso da Frelimo em que claramente os princípios reflectindo os interesses populares são definidos. As sessões de Abril de 1969 e de Maio de 1970 do Comité Central intensificam este processo aprofundando os nossos princípios e purificando as nossas fileiras.*

*A resolução da contradição a favor das forças populares reforçou o processo revolucionário em Moçambique, tornou possível a instauração do Poder Popular e o seu desenvolvimento.*

*O presente texto é uma síntese da nossa experiência colectiva no desencadeamento, implantação e consolidação do processo revolucionário em Moçambique. Resulta de numerosas discussões e intervenções feitas pelo camarada Presidente em reuniões com as massas e combatentes e com a própria Direcção.*

*Esta reflexão sobre a nossa experiência permite-nos aprofundar o nosso trabalho elevando o nosso conhecimento sobre a nossa teoria e prática revolucionárias.*

*O texto agora publicado pela Colecção Estudos e Orientações foi reproduzido pela Academia de Ciências da URSS numa obra preparada pela secção africana da Academia acerca da luta de libertação nas colónias portuguesas.*

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA

---

I PARTE :

*A natureza do inimigo e os seus interesses face às massas populares.*

1. Alguns pontos de partida.
2. O capitalismo português e a guerra colonial.
3. O imperialismo na África Austral e em Moçambique.
4. Os interesses das massas face ao colonialismo e ao imperialismo.

II PARTE :

*A natureza social da frente e a sua linha política.*

1. A unificação do movimento nacionalista.
2. A unidade no processo contínuo de defesa dos interesses das massas.
3. A questão ideológica no seio de um frente larga.

III PARTE :

*A guerra popular e a edificação do exército.*

1. A linha política na luta armada.
2. Os problemas de disciplina no exército.
3. Tarefas militares e tarefas político-militares.

IV PARTE :

*A materialização do poder.*

1. As estruturas do Poder Popular.
2. A reorganização da economia.
3. A nova orientação da educação.
4. A assistência social ao serviço das massas.

V PARTE :

*A Revolução Moçambicana no processo revolucionário mundial.*

VI PARTE :

*Perspectivas.*

EMPRESA MODERNA S.A.R.L.  
LOURENÇO MARQUES

## **I — A NATUREZA DO INIMIGO E OS SEUS INTERESSES FACE AS MASSAS POPULARES**

### **1. ALGUNS PONTOS DE PARTIDA**

Durante muito tempo e sobretudo para a maioria dos observadores dos países ocidentais, o colonialismo português aparecia como uma manifestação quase arqueológica, um capricho anacrónico dum ditador que vivia ainda à hora da Conferência de Berlim.

Uma campanha de propaganda bem orquestrada, sobre as virtudes únicas dum colonialismo que se pretendia multi-racial e se drapejava das supostas virtudes dum luso-tropicalismo de recente invenção, contribuía a que se entretivesse aqui e acolá ilusões sobre a benevolência da exploração colonial portuguesa.

A censura rigorosa, a repressão feroz, o obscurantismo cultural sistemático, a cuidadosa selecção dos visitantes aos territórios e a ainda mais cuidadosa escolha de itinerários, permitiam que uma pesada cortina de silêncio e ignorância mantivesse as colónias portuguesas isoladas do mundo.

O desencadeamento das lutas armadas de libertação no período entre 1961-1964 assestou um golpe mortal às campanhas de propaganda que faziam dos povos das colónias portuguesas povos felizes porque submissos.

Paralelamente, a revelação dos crimes cada vez mais sádicos, atrozes, e sistemáticos cometidos pela soldadesca colonial, destruíram todas as pretensões dum carácter único de benevolência ou virtude do colonialismo português.

A substituição de Salazar e a continuação e incremento da guerra colonial sob o seu sucessor, o fortalecimento das alianças económicas e militares que há mais de uma década sustêm a guerra colonial, a extensão da agressão aos países limítrofes do colonialismo português, a participação crescente de efectivos e armas não portuguesas na guerra, em resumo a internacionalização crescente da guerra colonial, obrigaram os diferentes observadores a situar a guerra colonial portuguesa no seu contexto real.

A natureza do colonialismo português e das alianças que o apoiam impuseram-nos a luta armada como único instrumento para a resolução das contradições que nos opõem à dominação estrangeira no nosso país.

Todavia, o processo de desenvolvimento da luta em Moçambique, conduziu à sua transformação qualitativa.

A luta é feita por massas que possuem interesses precisos, reivindicações concretas. Estes interesses e reivindicações clarificam-se no processo de combate e imprimem a este uma natureza determinada.

A criação das zonas libertadas, pôs em primeiro plano a questão de saber a quem pertence o poder, quem o deve exercer e quem deve beneficiar dele, da mesma maneira que pôs em causa o tipo de relações sociais de produção, quer herdadas da sociedade tradicional ou quer ainda de introdução colonial.

Assim, no decurso mesmo da luta armada de libertação nacional foi desencadeado um processo destinado a instalar um poder fundado na aliança das camadas sociais exploradas do nosso país, destinado a levar a termo a luta de libertação nacional e a liquidar o sistema de exploração do homem a fim de edificar uma Sociedade Nova.

Por outras palavras, à reivindicação primária de independência nacional acrescentaram-se outras, numa primeira fase dando um conteúdo real à independência e, numa segunda fase introduzindo a questão essencial da natureza do regime a ser edificado.

Não se tratou de um plano abstracto estabelecido a longo termo, que como um modelo completo fosse imposto ao processo real nem de uma improvisação constante, produto de uma qualquer espontaneidade, ou ainda outro mecanismo.

Na realidade, a evolução resulta de uma relação dialéctica entre a orientação política da FRELIMO o desenvolvimento da luta armada e da consciência das massas por um lado, e o tipo de contradições existentes entre as vastas massas exploradas e a sociedade exploradora, por outro lado.

A percepção destas contradições é acelerada pela situação de guerra, que diariamente dum a mançira clara, desmascara as forças que apoiam o inimigo: a arma capturada, o avião abatido, o tanque ou camião destruídos invariavelmente são de origem não portuguesa. Simultaneamente a consciência do sacrificio dispendido exige que a libertação se traduza numa transformação radical da sociedade, das relações no seu seio e das suas estruturas.

É este conjunto de dados que leva a nossa luta de libertação a aparecer como uma luta popular, na forma e no conteúdo das reivindicações, contra o colonialismo português e o imperialismo, contra a exploração do homem.

## 2. O CAPITALISMO PORTUGUÊS E A GUERRA COLONIAL

Não é de sobejo insistir em que Portugal é um país sub-desenvolvido que viveu num estado de semi-colónia britânica desde os inícios do século XVII e que hoje ainda tem a sua independência hipotecada aos diversos interesses estrangeiros que controlam o país.

Enquanto as potências coloniais, cujas economias tinham já ascendido à fase imperialista, podiam, ainda que forçadas, aceitar as independências formais dos territórios que elas colonizavam sem que os seus interesses fundamentais fossem lesados, tal não é o caso português.

O colonialismo português em Moçambique assume fundamentalmente o papel de intermediário entre as diversas potências imperialistas e o território, o que em suma constitui o papel das classes dirigentes indígenas nas situações neo-coloniais. Entre 1959 e 1967 a percentagem anual dos investimentos não portugueses nas colónias passou de 1% para 30%. As colónias constituem ainda um instrumento temporário para impedir o agravamento das condições sociais em Portugal, permitindo assim uma sobrevivência do regime.

A determinação das diferentes gamas de interesses colonialistas, permite-nos situar correctamente o tipo e a importância do conflito opondo o nosso povo à dominação portuguesa.

Portugal é um país que mantém estruturas agrícolas fortemente arcaicas e próximas do feudalismo: os 500 maiores proprietários agrícolas em Portugal dispõem de tanta terra quanto os 500 000 mais pequenos proprietários portugueses.

Esta situação determina por um lado, um êxodo rural crescente (nos últimos 10 anos houve distritos em Portugal que chegaram a perder 1/4 da população) e um agravamento da situação social do camponês, que produziram uma forte corrente emigratória e se traduziram por uma diminuição global da população portuguesa, de 2% na década 1960-1970.

A possibilidade de exportar para as terras férteis de Moçambique aquela massa de camponeses pobres, apareceu como a solução ideal para um regime que, ligado aos latifundiários, não pode tocar nas estruturas agrárias e fazer uma reforma agrária que solucione a questão da terra a favor dos camponeses pobres e médios.

A instalação de comunidades rurais brancas nas terras férteis de Moçambique, donde previamente foram expulsos os camponeses africanos, é essencialmente destinada, na estratégia inimiga, a criar um conflito entre as duas comunidades, que servirá para reforçar a dominação colonial. Com efeito, o camponês branco deveria segundo o plano capitalista identificar os seus interesses ao do Estado Colonial, que lhe garante a propriedade das terras espoliadas aos africanos.

É este, por exemplo, o esquema que preside os diferentes planos do vale do Zambeze, onde os colonialistas se propõem instalar um milhão de colonos brancos nas terras a serem irrigadas pela futura barragem de Cabora Bassa.

Moçambique oferece ainda um mercado seguro e protegido aos produtores da agricultura portuguesa, pouco competitivos no mercado internacional. É o caso dos vinhos e seus derivados que regularmente ocupam um dos primeiros postos no valor total das importações do nosso país. As colónias absorvem 75% das exportações de vinhos portugueses.

Se a persistência do colonialismo português responde às exigências da estrutura feudalizante da agricultura portuguesa, ela corresponde também às necessidades da indústria capitalista portuguesa.

O caso da indústria têxtil, que ocupa cerca de um terço da mão-de-obra industrial e cuja exportação representa perto de um quinto do valor das exportações portuguesas, é bastante significativo.

De acordo com o inquérito do II Congresso das indústrias portuguesas entre 30 a 50% da maquinaria têxtil é antiquada ou está já fora de uso e os fusos têm em média uma idade superior a 20 anos dos quais 15% têm uma idade superior a 50 anos.

Os preços particularmente baixos do algodão moçambicano desempenham um papel relevante no funcionamento da indústria têxtil portuguesa.

De 1939 a 1961, os preços máximos para o algodão de primeira em carço pagos ao produtor, foram respectivamente de 1\$10 e 3\$70. Durante o mesmo período o preço máximo pago ao produtor pelo algodão de segunda passou de \$90 para 2\$30. Para a safra de 1973 - 1974 os preços máximos fixados foram respectivamente, de 6\$00 para o algodão de primeira e 3\$00 para o algodão de segunda.

No entanto, enquanto em Moçambique o produtor africano em 1961 só recebia um máximo de 3\$70 pelo algodão de primeira, os produtores recebiam 12\$00 em Israel, 6\$97 na Rodésia do Sul, 4\$61 no Tanganyika, 4\$40 na Niassalândia, 4\$12 no Quênia, 4\$14 no Uganda.

Comprado a preços baixos aos produtores moçambicanos o algodão é vendido a preços de favor aos importadores portugueses.

Preços médios CIF do algodão importado:

<b>Anos</b>	<b>Moçambique</b>	<b>Estrangeiro</b>
1947 - 1948	11\$83	19\$15
1948 - 1949	12\$18	21\$50
1949 - 1950	12\$56	34\$60
1950 - 1951	14\$25	38\$20
1951 - 1952	15\$48	29\$14
1952 - 1953	15\$53	24\$02
1953 - 1954	15\$46	24\$06
1954 - 1955	15\$35	26\$22

Entre 1947 e 1955 a diferença dos preços de importação entre o algodão moçambicano e o estrangeiro resultou num benefício de 2 774 771 milhares de escudos para a economia portuguesa.

Um benefício anual idêntico é realizado pela indústria oleaginoso portuguesa. Moçambique fornece ainda cerca de 80% da matéria-prima da indústria açucareira portuguesa.

A deterioração dos termos de troca entre Moçambique e Portugal, ilustra muito bem os benefícios auferidos pelo capitalismo

português, graças à exploração colonial. Entre 1958 e 1962 o preço médio da tonelada exportada para Portugal baixou de 5200\$00 para 3500\$00 por tonelada, ou seja uma perda média de 1700\$00 por tonelada. Simultaneamente, o preço médio da tonelada importada de Portugal subiu de 6500\$00 para 9800\$00, ou seja um aumento de 3300\$00. Por outras palavras, enquanto anteriormente a tonelada importada de Portugal era coberta por 1,19 toneladas exportadas, a deterioração actual requer 2,8 toneladas para cobrir o custo da tonelada importada.

A guerra colonial constitui ainda um fonte apreciável de receitas para certos meios que sobre ela especulam.

Em 1965, no debate sobre as contas gerais do Estado, o deputado fascista Manuel de Sousa Gomes, declarou:

“Uma percentagem elevada das despesas engajadas ao título da defesa nacional, pode ser considerada com um elemento motor potente na aceleração de numerosos sectores de actividade: companhias de navegação, sociedades de transportes, produtores e comerciantes de produtos agrícolas e alimentares, fábricas de têxteis, produtos farmacêuticos”.

A confirmá-lo, em 30 de Março do mesmo ano, o relatório apresentado pela Companhia Nacional de Navegação à Assembleia Geral dos Accionistas, dizia:

“Regista-se um aumento de 80% no tráfego de Portugal para o Ultramar e mais particularmente para Moçambique”.

Finalmente Moçambique constitui também uma importante fonte de rendimento em divisas para o colonialismo português, em especial através da venda de trabalhadores para as minas da África do Sul e plantações da Rodésia.

Em virtude dos acordos assinados com o governo sul-africano que permitem às companhias mineiras do Rand recrutar anualmente 100 000 trabalhadores moçambicanos, o governo colonialista recebe da África do Sul cerca de 1 bilião de escudos em divisas, produto de taxas e salários dos trabalhadores e das receitas dos portos e caminhos de ferro de Lourenço Marques, utilizados pela África do Sul como contrapartida de venda de trabalhadores. Acordos idênticos ligam Portugal à Rodésia.

Estas receitas em si representam mais de 1/4 dos excedentes da balança de contas do Ultramar, que transferidos para a metrópole colonial lhe permitem manter uma balança de pagamentos largamente excedentária, muito embora o valor das exportações portuguesas cubra apenas 60% do valor das importações.

O esforço actual empreendido pelo capitalismo português para modernizar as suas estruturas e torná-las capazes de se integrarem competitivamente na Europa torna-se possível e é largamente dependente da acumulação realizada através da pilhagem dos nossos recursos económicos e trabalhadores assim como do

afluxo de divisas resultante dos excedentes produzidos pela nossa balança de pagamentos e também da existência de mercados seguros e protegidos para a pouco competitiva indústria portuguesa.

### 3. O IMPERIALISMO NA AFRICA AUSTRAL E EM MOÇAMBIQUE

Moçambique desempenha um papel relevante não apenas no contexto do colonialismo português. A sua importância é tão grande senão maior ainda, no que respeita à sobrevivência da exploração imperialista e dos regimes racistas no sul do continente africano.

Ao nosso país estão fixadas neste quadro toda uma série de funções vitais.

Moçambique constitui um vasto reservatório de mão-de-obra a preço irrisório para a indústria mineira sul-africana e para as grandes plantações da Rodésia.

Mais de 1 milhão de moçambicanos trabalha nos diversos sectores de actividade daqueles dois países. 80% da mão-de-obra estrangeira nas minas sul-africanas provém de Moçambique.

A importância destes trabalhadores pode ser exactamente medida se considerarmos a situação da indústria aurífera sul-africana, onde se concentra o essencial da mão-de-obra moçambicana no Rand.

As minas sul-africanas produzem cerca de 70% do ouro do mundo ocidental. A rentabilidade destas minas é baixa: é necessário trabalhar 160 000 t de terra para se obter 1 t de ouro. No Canadá, nos Estados Unidos e na Austrália minas de um teor aurífero superior às da África do Sul, foram encerradas porque a sua exploração se revela anti-económica.

O segredo da rentabilidade das minas sul-africanas encontra-se no baixíssimo preço da mão-de-obra africana e no desprezo total pelas condições de segurança dos trabalhadores.

As estatísticas oficiais reconhecem uma média anual de 2500 acidentes mortais entre os trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas. É inútil acrescentar que as famílias não recebem praticamente nenhuma indemnização.

Além de fornecedor de mão-de-obra, o imperialismo necessita de Moçambique como fornecedor de energia para uma África Austral pobre em fontes energéticas e num período de rápido crescimento industrial.

Sete companhias, das quais 6 americanas, receberam vastas concessões para a prospecção de petróleo e gás em Moçambique. Entre 1967 e 1970, as companhias investiram 300 milhões de escudos nas prospecções de hidrocarbonetos.

As jazidas de carvão de Moatize são das mais importantes naquela região do continente, sendo Moçambique na fase actual o quinto maior extractor africano. A empresa belga que as explora previa a elevação da produção para mais de 4 milhões de tonela-

das anuais, antes que a situação militar na Província de Tete a forçasse a rever os seus planos.

No entanto, no campo energético, o que deve sobretudo reter a atenção é o gigantesco projecto de Cabora Bassa. Com uma prevista produção de 18,5 bilhões de kW/h, seria a quarta maior barragem do mundo e produziria cerca de um terço do total da energia produzida em Africa. Numa segunda fase, 3 barragens adicionais seriam ainda construídas no percurso moçambicano do Zambeze e seus afluentes elevando o total da produção do conjunto a 50 bilhões de kW/h.

De acordo com os planos, este enorme potencial destinaria-se a alimentar não só os vastos complexos industriais a criar em Moçambique, nomeadamente as indústrias siderúrgicas de ferro, cobre e alumínio, mas também a Africa do Sul, Rodésia e Malawi. O intuito do plano era ainda que a energia de Cabora Bassa fosse fornecida aos países limítrofes como a Zâmbia e Tanzânia e outros países como o Zaire, Quênia e Uganda.

A ideia subjacente é a de utilizar a energia do complexo como base de partida para a criação dum mercado comum na Africa Austral, Central e Oriental, que integraria sob o controlo imperialista as economias do conjunto.

Um terceiro papel reservado a Moçambique, dada a sua situação geográfica, é o de porto natural do vasto hinterland da Africa Austral. Nos 2795 km de costa moçambicana encontram-se diversos portos, entre os quais Lourenço Marques que serve a Africa do Sul, a Swazilândia e o Lesoto, Beira que serve a Rodésia, a Zâmbia, o Zaire e o Malawi, Nacala que serve o Malawi. O movimento dos portos moçambicanos é da ordem dos 30 milhões de toneladas anuais, movimentando o porto de Lourenço Marques por si só cerca de 15 milhões de toneladas anuais o que faz dele um dos primeiros portos do continente.

A situação geográfica de Moçambique, banhado pelo Canal de Moçambique e controlando o acesso à rota do Cabo, faz do nosso país um elemento essencial do dispositivo estratégico imperialista para manter os seus interesses bélicos na zona. A localização geográfica do nosso país permite ainda a utilização quer como plataforma de agressão contra os regimes progressistas limítrofes, quer como zona de protecção dos regimes racistas de Pretória e Salisbúria. Por isso continuamente certos meios imperialistas propõem-se alargar a zona de acção da OTAN a sul do Trópico de Capricórnio, ou mesmo constituir um novo Pacto Militar.

Inúmeras são as declarações do Primeiro-Ministro Vorster e outros altos responsáveis racistas de Pretória e Salisbúria, apresentando os rios Rovuma e Zambeze como constituindo as fronteiras de segurança e defesa dos regimes de minoria branca da Africa Austral.

Finalmente, as riquezas do solo e sub-solo moçambicano, o baixo preço da mão-de-obra e a repressão severa contra os movimentos reivindicativos, despertaram o interesse dos grandes monopólios tendo dado lugar a investimentos maciços.

Este interesse crescente do imperialismo pelas riquezas do nosso país, foi acompanhado por uma industrialização relativamente muito importante.

No campo da indústria os investimentos imperialistas têm-se multiplicado a um ritmo elevado: entre 1961, início das guerras coloniais e 1964, início da luta armada de libertação de Moçambique, o número de instalações industriais com um valor igual ou superior a 50 milhões de escudos, passou de 85 a 647. Entre 1967-1969 o ritmo médio de crescimento anual da produção industrial atingiu os 20%, situando Moçambique entre os países de mais rápido crescimento industrial do continente. O valor da produção industrial moçambicana situa hoje Moçambique entre os 7 países mais industrializados do continente (África do Sul excluída) e representa cerca de 4% do total da produção industrial da África.

Este crescimento industrial faz-se todavia em exclusivo benefício das empresas e do governo colonialista.

Entre 1962 e 1969 o total dos investimentos na indústria aumentou de mais de 100% atingindo a soma de 13 159 900 milhares de escudos. De Janeiro a Julho de 1973 foram autorizadas instalações no valor de 9 737 366 milhares de escudos.

No entanto 52,3% do total dos investimentos foram destinados a 180 unidades industriais que se consagram à exportação enquanto que 1724 unidades industriais que abastecem o mercado interno só receberam 47,7% dos investimentos. Os investimentos beneficiam assim a balança de pagamentos da zona do escudo e criam por isso melhores condições para o financiamento da guerra colonial.

Isto torna-se mais claro quando observamos que, embora os investimentos tenham mais que duplicado no período em questão, o número de trabalhadores passou apenas de 59 060 para 75 672, ou seja um aumento de 16 562 trabalhadores, que representam 28% da mão-de-obra industrial de 1962.

O lucro das empresas (antes dos impostos e não deduzidos ainda os juros e a depreciação) ultrapassa a média anual de 20,3%; em 1969 os lucros de 17 sectores industriais atingiram 2 679 000 milhares de escudos sobre um total de 13 159 900 milhares de escudos investidos.

No entanto, os salários mínimos continuaram fixados entre 18\$00 e 25\$00 por dia (0,72-1 US\$) conforme as regiões. O total dos salários pagos (incluindo os funcionários, técnicos e elementos da direcção das empresas) representa uma percentagem mínima dos lucros auferidos pelos diferentes sectores.

O quadro junto que representa a maior parte do sector industrial mostra-nos sinteticamente vários destes elementos:

INDÚSTRIA	LUCROS (em 1000\$00)		N.º DE TRABALHADORES E EMPREGADOS		SALÁRIO MÉDIO DIÁRIO (em escudos)		ÍNDICE DE AUMENTO (base 100 em 1963)		
	1962	1969	1962	1969	1962	1969	lucros	salários	n.º de tra- balhadores
Refinaria de petróleo	70 800	135 100	183	182	132,10	213,20	190,8	161,3	99,4
Indústria química	40 500	173 800	1 723	1 013	24,40	52,60	424,1	215,5	58,7
Bebidas e refrigerantes	126 000	212 800	610	1 675	29,80	51,60	168,8	173,8	274,5
Minerais não metálicos	75 200	176 700	3 677	3 609	42,90	46,10	234,9	107,0	98,1
Têxtil	360 000	364 400	11 126	8 658	12,70	25,30	101,2	199,2	77,8
Tabaco	112 200	233 200	527	520	32,70	64,00	207,8	195,7	98,6
Alimentares	394 200	887 900	20 034	27 304	15,20	21,30	225,2	140,1	136,2
Máquinas e aparelhos eléctricos	7 600	34 100	367	604	55,60	57,70	448,6	103,7	164,5
Mobiliário	5 200	25 500	1 106	2 024	31,40	37,10	490,3	118,1	183,0
Indústria de borracha	9 800	29 400	643	903	24,10	29,30	300	121,5	140,4
Indústria de papel	5 000	10 300	97	274	22,90	35,20	206	153,7	282,4
Indústria de couro	200	3 300	126	203	14,80	26,00	1650	175,6	161,1
Indústria de calçado	7 500	39 600	937	3 053	19,50	26,60	528	136,4	325,9
Tipografia	12 200	39 600	1 421	1 972	59,70	62,20	322,1	104,1	138,7
Serrações	41 900	129 000	11 118	11 165	12,40	19,60	307,8	158,0	100,4
Metallurgia	37 700	75 000	—	221	22,50	35,40	198,9	157,3	6

- a) No que respeita aos lucros constata-se:
1. Dos 16 sectores apresentados apenas o sector têxtil representa um baixo índice de crescimento.
  2. Par um índice 100 em 1962:  
encontramos 3 sectores com um índice de crescimento lucros compreendidos entre 150 e 200: bebidas e refrigerantes, refinação de petróleo, metalurgia — 4 sectores apresentam um índice de crescimento entre 200 e 300: papel, tabaco, indústrias alimentares e minerais não metálicos — 3 sectores têm um índice de crescimento entre 300 e 400: borracha, serração e tipografia — 3 sectores viram os seus índices de lucros aumentar entre 400 e 500: química, máquinas, aparelhos eléctricos e mobiliário — 1 sector viu o seu índice aumentar para 528 e outro para 1650, trata-se respectivamente da indústria do calçado e da indústria do couro.
- b) Todavia o índice de aumento de salários é absolutamente diferente:
1. Apenas em 2 dos 16 sectores o índice de crescimento do salário médio diário foi superior ao do índice de crescimento dos lucros; trata-se do sector têxtil e do do sector de bebidas e refrigerantes. No entanto é de observar no campo do sector têxtil que o número de trabalhadores baixou consideravelmente — índice 77,8 (base 100 em 1962), sem que os lucros do sector tivessem sido afectados, antes pelo contrário, cresceram.
  2. Embora 11 dos sectores estudados apresentem índices de crescimento de lucros iguais ou superiores a 200, no que respeita ao aumento de salários só a indústria química apresenta um índice de crescimento de 215,5. É de notar no entanto que para o período considerado este é o sector em que o índice do número de trabalhadores mais baixos: índice 58,7 para uma base 100 em 1962.
- c) No que respeita ao índice do número de trabalhadores empregados observamos:
1. O índice baixou ou manteve-se relativamente estacionário em 6 dos ramos sem que isto implicasse uma consequência no lucro das empresas.
  2. Apenas em dois sectores o índice de aumento do número de trabalhadores foi superior ao índice de aumento dos lucros; trata-se dos sectores de bebidas e refrigerantes e indústria de papel.

- d) No que respeita aos salários nota-se que os 4 sectores que agrupam 50 180 trabalhadores, ou sejam mais de 60% da mão-de-obra industrial, os sectores têxtil, indústrias alimentares, calçado e serrações, são os sectores em que os salários médios são os mais baixos, variando entre 19\$00 e 26\$60.

Ora é neste sector precisamente que se encontra o essencial dos trabalhadores africanos.

Em contrapartida o sector da refinaria do petróleo que é o que paga os salários mais altos, 213\$20 em média por dia, é o sector em que se encontram menos trabalhadores — apenas 182 e na sua maioria esmagadora não-africanos.

Analisando a origem dos capitais que controlam a agricultura, a indústria manufactureira e extractiva, verifica-se que são raros os casos em que os capitais portugueses ocupam uma posição dominante.

Como se disse a percentagem anual dos investimentos não-portugueses na economia colonial passou de 1% em 1959 para 30% em 1967.

São os grandes capitais portugueses e multinacionais que controlam a economia moçambicana.

Na produção e refinação do açúcar encontramos 5 companhias principais: a Sena Sugar Estates, com 90% dos capitais pertencendo a accionistas ingleses, o que é ainda o caso da Sociedade Agrícola do Incomáti; a Companhia do Búzi, subordinada à Companhia de Moçambique, controlada por seu lado pela British South Africa; a Sociedade Açucareira de Moçambique controlada pela COMPAD-DEC, francesa, e seus associados; a MARAGRA que se diz portuguesa mas aparece bastante ligada à Industrial Development Corporation of South Africa.

As grandes plantações de sisal, coqueiro e outras são controladas por companhias onde os capitais portugueses são limitados: Companhia da Zambézia (capitais britânicos), Companhia das Culturas de Angoche (Suíça), Sociedade Agrícola do Madal (Suíça, França, Noruega), Companhia do Boror (Alemanha Ocidental), Zembe Plantations (Holandesa).

No algodão e no têxtil 2 bancos, Banco Português do Atlântico e Banco Comercial de Angola, a Companhia de Moçambique (controlada pela BSA) e a família João Ferreira dos Santos, directa ou indirectamente controlam a maior parte das sociedades concessionárias do algodão.

Os três maiores produtores de chá, Companhia da Zambézia, Chá de Moçambique (Companhia de Moçambique) e Sociedade Agrícola do Madal são dominados por capitais não-portugueses.

A indústria extractiva um panorama semelhante.

A Companhia do Urânio de Moçambique, controlada pela British South Africa através da Companhia de Moçambique, obteve em concessão os direitos de prospecção e exploração dos minerais radioactivos.

A prospecção e exploração de diamantes foi concedida a companhias sul-africanas: a DIAMOC controlada pela Anglo-American e a Federal Volksbeliggims Bepek associada ao Gabinete Moçambicano da Organização Ltd.-Gamor.

Na prospecção e exploração de petróleo e o gás dominam as companhias americanas: Pan American Oil Company, Mozambique Amoco Oil Company, Alexander Hutchings, Texaco Inc, Hunt Corporation, Kilrey. A Anglo-American sul-africana obteve também concessões e controla um consórcio de prospecções em que os outros componentes são a Sociéte Nationale des Pétroles d'Aquitaine e a Enterprise de Recherches et Activités Petrolière — ERAP-ELF, ambas francesas e a Gelsenkircher Bergwerks Artiensgesellschaft da Alemanha Ocidental.

Atraídas pelo que se chama o “escândalo geológico de Tete” numerosas companhias obtiveram em concessão largas regiões da província. Em Tete encontramos a Companhia Carbonífera de Moçambique controlada pela Sociéte Minière et Géologique com capitais belgas, a Companhia de Urânio de Moçambique (BSA) que formou um consorcium — Companhia Mineira de Tete — em que os outros componentes são: a Bethlehem Steel Corporation, Montedison, Finmiive e a Companhia Mineira do Lobito. Um outro importante consórcio em Tete é a Companhia Moçambicana de Minas, constituído pela Johannesburg Consolidated Investment e a Anglo-American.

O trust japonês Sumitomo, através da Namapa Iron Mines, obteve o controlo do ferro na Província de Moçambique. A Duby and Company da África do Sul adquiriu o controlo da prospecção e exploração da colombo-tantalite e barilo da Província da Zambézia, através da Sociedade Mineira de Marropino. Em Manica e Sofala a fluorite é controlada por um consorcium internacional — Sociedade Internacional Fluorite de Moçambique — em que encontramos a Continental ore Corporation dos Estados Unidos, a Sociéte des Minéraux de Luxemburgo e o Banco Português do Atlântico; no cobre domina a Edmundian Investments (PTY) da África do Sul; no níquel a International Nickel Southern Exploitation Ltd do Canadá. A dominação do capital multinacional sobre os nossos recursos mineiros manifesta-se ainda pela presença da Jkapnek e Lonhro, britânicas, a Mussima Transvaal Development Company, a Bullosa, etc.

Na indústria transformadora a presença cada vez mais dominante das grandes companhias multinacionais e dos bancos é de rigor.

O caju é uma das principais riquezas nacionais. As principais companhias que dominam o ramo são as seguintes:

**CAJUCA:** consórcio formado pela Sociedade Agrícola do Madal Oltremare Industria Prodotti Alimentari e Derivati SPA da Itália e a Cuca.

**SPENCE and PIERCE Ltd:** consórcio de 2 empresas britânicas, Pierre Leslie and Corporation e Gill Duffu.

**MOCITA:** consórcio que sob a direcção da Anglo-American, agrupa a Tiger Oats and National Milling Corporation e a Industria de Prodotti Alimentari de Bologna. A Mocita controla ainda a Indústria de Caju Antires S.A.R.L.

**SOCAJU:** associa o Banco Nacional Ultramarino e a CUF.

Nas indústrias alimentares encontramos a gigantesca Companhia Industrial da Matola (CIM) em que se encontram associados a Metallurgy South Africa (PTY) Ltd de Johannesburg, a Gesellschaft für Elektrometallurgie GmbH de Dusseldorf, a London and Scandinavian Metallurgical Company de Londres e a A. B. Ferrodageringan de Estocolmo, a Metallurg Inc of New York e a Shieldalloy and Co of New York ambas americanas. Nos lacticínios a Nestlé e a Cooperativ Condens Frabriek Friesland Holandesa controlam a produção do leite condensado, queijo e outros produtos.

A pesca é dominada por três grupos: a Anglo-American que controla a Sociedade Inos e a Empresa Pesqueira de Nossa Senhora de Fátima, L. Corbert Investment (PTY) Ltd da Africa do Sul que controla a IMPESCAL, grupo ARPEM dominado por capitais franceses.

A refinação e distribuição de petróleo é monopolizada pelo grupo SONAP (SONAREP, SONAPMOC, SONAPMARITIMA, OIL COM) em que 27% e 20% das acções pertencem respectivamente à Compagnie Française des Pétroles e à TOTAL agora associadas ao grupo BULLOSA.

A produção de adubos é dominada por 2 grupos: a Companhia de Química Geral de Moçambique em que a Sociedade de Estudos e Investimentos (Champalimaud) está associada às firmas francesas SODEIX e SOGALTRA e a capitais sul-africanos. O segundo grupo que monopoliza a produção de ácido fosfórico é controlado pela Phosphate Development Corporation Ltd Foukor.

As firmas americanas General Tyre e a Firestone (directamente ou através da MABOR) controlam a produção de pneus e câmaras-de-ar.

A CODAUTO da British Leyland e a FAMOL, dominam a montagem de viaturas automóveis, enquanto a fábrica de bicicletas de Moçambique está ligada aos grupos RALEIGH e SERI-RENAULT.

O oleoduto Beira - Umtali pertence à LONHRO britânica. No projecto do gasoduto do Pande para a África do Sul encontramos a Gulf Oil e o grupo Champalimaud.

Nos diferentes projectos de instalações de indústrias siderúrgicas de ferro encontram-se a Companhia de Urânio de Moçambique (British South Africa), a Sociedade Hidro-eléctrica do Revuê (Banco Português do Atlântico e Banco Comercial de Angola), a Companhia Industrial da Matola (capitais ingleses, escandinavos, americanos e alemães ocidentais), a Rhodesian A. Company e o grupo Champalimaud.

A produção do cimento é controlado por três grupos: a Companhia de Moçambique, a Companhia de Cimentos de Moçambi-

que (grupo Champalimaud) e a Luselite de Moçambique (grupo BULLOSA, Compagnie Financière Eternit SA e Fabrecin Fabriques Réunies de Fibro-Ciment SA ambas francesas e Amindus Holding SA).

Portugal aparece assim claramente como o gerente dos interesses de companhias sobretudo não-portuguesas, dado que estas pouco mais são capazes do que encontrarem-se associadas ao capital multinacional.

O colonialismo português procura ainda fazer valorizar o seu papel de parasita, tentando integrar mais directamente Moçambique nos planos dos meios belicistas.

Continuamente o Governo Português e a sua máquina diplomática e de propaganda insiste sobre a necessidade de integrar Moçambique na zona de intervenção da OTAN. Certos meios americanos inclinam-se em transformar o porto de Nacala, o maior porto natural do Indico, em base naval americana. Existem manobras políticas visando a criação de uma aliança militar entre as principais potências imperialistas por um lado, e por outro o Brasil, a África do Sul e Portugal com os "seus territórios" de Angola e Moçambique. Em resumo, fomentar o clima de guerra-fria para se manter a dominação colonial e racista em Moçambique e na África Austral, para maior proveito das companhias.

#### 4. OS INTERESSES DAS MASSAS FACE AO COLONIALISMO E AO IMPERIALISMO

As formas particularmente opressivas de exploração a que estão submetidas as largas massas trabalhadoras não aparecem como episódicas ou marginais. Correspondem, como se verificou, às exigências do colonialismo e das grandes companhias multinacionais que controlam a economia moçambicana e a África Austral.

Entre os interesses das massas camponesas e das companhias concessionárias e produtoras, existe uma incompatibilidade total.

As companhias concessionárias de algodão que controlam Moçambique fundam a sua actividade na imposição da cultura do algodão e no monopólio da sua compra aos produtores africanos a preços obrigatoriamente 4 a 5 vezes inferiores aos do mercado livre e do mercado internacional. Mais de 500 000 agricultores encontravam-se submetidos a este regime antes do desencadeamento da guerra, atingindo hoje 550 000 o número de agricultores submetidos ao regime.

É certo que o desencadeamento da guerra obrigou o Governo Colonial a progressivamente libertar o mercado e a abolir a imposição da cultura, numa tentativa desesperada de ganhar as massas camponesas, de lhes fazer abandonar uma das suas reivindicações tradicionais. Mas as necessidades das companhias que em última análise controlam o governo, rapidamente têm imposto o recomeço das culturas forçadas no quadro dos campos de concentração criados com o objectivo de isolar as populações da FRELIMO. Com

efeito nestes campos de concentração, onde já se encontram internados, segundo declarações governamentais, mais de 1 milhão e meio de moçambicanos (cerca de 1/6 da população moçambicana), as populações sob a ameaça das armas colonialistas são forçadas a produzir os produtos, adquiridos em seguida a baixos preços pelas companhias que gozam do monopólio de compra.

A instalação de comunidades rurais europeias nas terras férteis espoliadas à população africana, é uma das constantes da política colonial portuguesa. Esta acção prossegue um duplo objectivo: por um lado absorver a mão-de-obra rural desempregada em Portugal, por outro transformar os agricultores europeus em defensores da ordem colonial. Diversas regiões do nosso país têm sido objecto desta prática, como é o caso do Vale do Limpopo, Montepuez, Marrupa, os planaltos do Chimoio, Guruè e Vila Manica, etc. Pelas suas proporções, o plano de instalação no Vale do Zambeze de 1 milhão de colonos europeus, assume um significado particular: trata-se desde já de modificar a composição étnica do país e de levantar uma barreira humana ao desenvolvimento da luta de libertação, preparando-se assim as condições para tentar desvirtuar o conteúdo real do nosso combate, transformando-o em afrontamento racial.

A criação dos colonatos opõe-se radicalmente aos interesses das comunidades rurais africanas. A espoliação das terras e a transferência forçada das populações para novas zonas reduz sistematicamente à miséria as populações, permitindo assim o aumento de mão-de-obra barata a ser utilizada pelas companhias e colonos. Um exemplo típico foi o da criação do colonato do Limpopo na segunda metade dos anos 50, que bloqueou e destruiu o desenvolvimento duma comunidade rural africana próspera, que já se integrava na economia de mercado e lançava as bases duma agricultura mecanizada.

O trabalho forçado nas plantações das companhias, que é a base dos lucros fabulosos das companhias monopolistas do açúcar, chá e sisal, constitui sobretudo uma forma particularmente dura da exploração dos trabalhadores rurais. Estes são obrigados a abandonar as suas actividades agrícolas ou artesanais, em troca de um salário inferior a 5\$00 por dia de trabalho de 12 a 15 horas. Mais de 100 000 trabalhadores encontram-se anualmente submetidos a este regime.

O grosso das massas atingidas por estas práticas é constituído pelas populações rurais.

São estas populações ainda, quem fornece os efectivos de trabalhadores vendidos anualmente para as minas sul-africanas e plantações rodesianas.

Sobre as populações rurais pesa ainda um imposto directo pessoal que atinge 1/4 do rendimento anual do africano e representa 17,3% das receitas ordinárias do Estado. Os impostos indirectos, que recaem essencialmente sobre as massas mais desfavorecidas representam 12,5% das receitas ordinárias. Quer isto dizer que no total das receitas do Estado as massas mais pobres contribuem com

29,8%. Nota-se que o sector agrícola em Moçambique embora compreendendo estatisticamente a agricultura europeia e as diversas companhias agrícolas contribui apenas em 28% do produto interior bruto.

Para melhor se apreciar a maneira como os impostos coloniais constituem uma forma refinada de exploração das massas em favor do grande capital, basta analisar a incidência da fiscalidade sobre os restantes sectores.

As indústrias manufactureiras extractivas e de construção contribuem em 16,5% do PBI, sendo a contribuição do comércio e certos serviços (transporte excluído) de 41,7%. Ora o imposto sobre as indústrias representa apenas 9% das receitas gerais ordinárias, enquanto o imposto sobre o capital só representa 16% das mesmas receitas.

Em contrapartida os beneficiários das despesas do Estado não são as massas: as escolas, os serviços sanitários e a assistência social, a assistência, a promoção rural e a electrificação das zonas rurais, etc., são praticamente inexistentes. A guerra absorve, segundo as declarações do General Kaulza de Arriaga, mais de 45% das despesas governamentais de Moçambique. No entanto, as despesas da saúde e da educação orçam apenas respectivamente em 3% e 2,6% e, é claro que a maior parte desta magra percentagem destina-se às zonas urbanizadas onde vive o grosso da população europeia. O III Plano de Desenvolvimento num total de 1113,2 milhões de escudos gastos no ano de 1970, consagrou precisamente 1,5% do total para o desenvolvimento rural.

Dentro deste contexto compreende-se que a libertação nacional para as largas massas camponesas do nosso país, exija uma modificação radical da situação camponesa que abranja a abolição real das culturas forçadas e do trabalho forçado, o fim da espoliação das terras e da exploração das companhias concessionárias e das grandes plantações, a liquidação da prática da venda de trabalhadores ao estrangeiro, a transformação total do sistema fiscal a favor das massas trabalhadoras. Em resumo, o conteúdo da reivindicação camponesa no nosso país exige a destruição do Estado Colonial, do Estado das culturas forçadas e das plantações, do estado da dependência em relação ao imperialismo,, representado pelas companhias multinacionais e pela subserviência perante os interesses da indústria mineira sul-africana e da indústria agrícola rodesiana.

A classe operária moçambicana, embora de recente formação, conhece uma certa expansão devido ao crescimento rápido da indústria moçambicana.

A classe operária encontra-se submetida aos grandes capitais multinacionais americanos, ingleses, franceses, oeste-alemães, japoneses, belgas, italianos, sul-africanos que dominam os sectores da petroquímica, construção naval, construção de máquinas e artigos eléctricos, montagem de automóveis, indústria pneumática, cimentos, indústria extractiva, produção hidro-eléctrica, indústria alimentar, etc.

A legislação colonial facista reprime brutalmente qualquer tentativa de organização da classe, fora dos quadros dos sindicatos fascistas, quase exclusivamente reservados aos funcionários e trabalhadores europeus. Os movimentos reivindicativos, tal como o testemunharam as greves da Estiva e dos Caminhos de Ferro da Beira e Lourenço Marques em 1963, são ferozmente reprimidos saldando-se o seu fim com mortos, feridos, prisões em massa.

Derivado das despesas de guerra, a subida extremamente rápida do custo de vida absorve os magros aumentos de salário que intervêm para diminuir a insatisfação geral: assim, em Setembro de 1970 e Setembro de 1973 enquanto o índice de preços subiu de 43%, o salário médio dos trabalhadores não qualificados apenas subiu de 17%.

A industrialização de Moçambique em proveito exclusivo do capital multinacional e financiada na prática pela exploração desenfreada dos trabalhadores e pela pilhagem dos recursos naturais da Nação, é incompatível com os interesses das massas trabalhadoras.

Neste contexto, também, para a classe operária moçambicana, a independência nacional exige a destruição do Estado Colonial, o Estado da subserviência em relação aos capitalistas portugueses e às sociedades multinacionais. A instauração de novas relações sociais de produção para pôr cobro à exploração existente, corresponde aos interesses e à consciência crescente das massas trabalhadoras moçambicanas.

O conjunto destes dados mostra-nos claramente que a reivindicação da independência nacional, compreendida como destruição do Estado Colonial e a edificação dum Poder Popular livre da dominação imperialista, correspondem aos interesses e aspirações das largas massas do nosso país, o que é demonstrado na prática quotidiana pelo eco encontrado pelas nossas palavras de ordem.

Sob a pressão internacional contra a política obscurantista e racista do colonialismo português, sob a pressão ainda do imperialismo, preocupado com a inexistência duma burguesia africana significativa, Portugal na última década resignou-se em promover um pequeno sector africano de funcionários e técnicos. No entanto, a formação desta camada, que pela sua educação e conhecimento se apresenta como um competidor sério da massa iletrada ou semi-iletrada de colonos, suscita graves problemas aos colonialistas.

Em "O Problema Estratégico Português", numa série de lições proferidas no ano lectivo de 1966-1967 num Curso de Altos-Comandos, o General Kaulza de Arriaga, que foi comandante-em-chefe do exército colonial em Moçambique de 1970 a 1973, procura definir a linha política e estratégica a ser seguida dentro deste quadro: "... Só seremos capazes de manter um domínio branco em Angola e Moçambique se o povoamento (branco) for em ritmo que acompanhe e ultrapasse ligeiramente pelo menos, a produção de negros evoluídos ... não podemos produzir negros evoluídos em quantidade superior aquela que corresponde ao Povoamento Branco ... Precisamos de travar ligeiramente a promoção dos Povos Negros, depois

temos que convencer esta gente que estamos a promovê-los num ritmo adequado...".

Assim, ao mesmo tempo que, demagogicamente, se proclama uma política de promoção das populações africanas e se procura vencer o mundo e os "negros evoluídos" de que tudo se faz em favor do africano, na realidade o colonialismo age para "travar ligeiramente a promoção dos Povos Negros".

É dentro deste contexto que devemos situar as manobras presentes de "Autonomia", criação do Estado Honorífico de Moçambique, alargamento do Conselho Legislativo, etc.

Na realidade, estas e outras manobras (há meios colonialistas que sugerem mesmo uma futura "independência", quer no quadro duma pseudo-comunidade luso-africana, quer ainda no estilo apartheid) visam sobretudo dois objectivos essenciais: desviar a atenção das massas e do mundo da natureza colonial do regime português em Moçambique e tentar seduzir e corromper uma magra camada africana, a quem seria reservada a triste sorte de agente fantoche do colonialismo português.

A prática demonstra no entanto, que cada manobra colonialista destinada a resolver a sua contradição antagónica com as massas, agrava e suscita novas contradições.

Assim, ao mesmo tempo que os colonialistas dizem promover a constituição duma camada de "negros evoluídos", agravam a repressão contra esta camada, que pela sua condição pode apreender a natureza e as intenções do regime. Vemos neste contexto que nos últimos 3 anos as vagas de prisões nas zonas urbanas do sul do país onde predominam os "Negros evoluídos", atingiram cerca de 5000 pessoas, incluindo sacerdotes, pastores e outras personalidades eminentes e respeitadas pela população.

A Universidade de Lourenço Marques onde se deveria formar esta elite evoluída, ainda que a maioria dos alunos seja de origem europeia, foi encerrada como centro subversivo da Frelimo. Os dirigentes associativos, quase todos eles brancos, foram presos sob a acusação de militarem subversivamente a favor da Frelimo; depois de libertos, estes mesmos elementos foram incorporados à força no exército.

Para a camada embrionária de pequenos e médios funcionários e empregados, para a camada nascente de jovens técnicos e intelectuais, também o colonialismo não fornece outra solução, que a da subserviência às potências estrangeiras e ao colonialismo, o amordecimento da consciência e do pensamento, à traição nacional. A troca da servidão, o colonialismo propõe alguns salários relativamente elevados e um conforto precário, sob a vigilância e repressão constante da PIDE.

A inelutabilidade da derrota do colonial-fascismo, em Moçambique, que se confirma diariamente pela extensão da luta armada e pela importância cada vez maior das vitórias alcançadas pelas forças da Frelimo, pelo sentimento e tradições patrióticas que indiscutivelmente animam a quase totalidade desta camada, pela justeza da nossa linha, têm levado progressivamente esta camada a rejeitar

o papel de fantoches a que o colonialismo a quer votar, aderindo aberta ou clandestinamente às fileiras da Frelimo.

O isolamento crescente do regime colonial-fascista verifica-se mesmo junto da própria população europeia, que normalmente, no plano inimigo, deveria servir de baluarte de defesa das teses opressoras.

Os colonialistas que junto destas populações fundaram a sua acção em campanhas chauvinistas e racistas, na especulação sobre a natureza terrorista e anti-branca do movimento patriótico, foram forçados a constatar que era impossível embrulhar-se o fogo da realidade e da verdade, com o papel da propaganda mentirosa.

A conduta exemplar e sistemática dos combatentes e militantes da Frelimo em relação à população europeia, nomeadamente os comerciantes e agricultores das zonas rurais, motoristas e trabalhadores, sacerdotes e civis brancos em geral, desmistificam a propaganda colonial e dissipam os falsos receios inculcados. Tão intenso se tornou o fenómeno que o inimigo viu-se obrigado a recorrer às provocações mais descaradas e brutais para o tentar deter. Assim em Tete e Manica e Sofala em particular, soldados colonialistas envergando uniformes iguais aos da Frelimo, atacam e saqueiam lojas de comerciantes europeus, brutalizando os seus proprietários e deixando em seguida falsos panfletos da Frelimo a "assinarem" o crime. Outras vezes apresentam-se nas lojas como militantes da Frelimo com o objectivo de detectar as simpatias e inclinações dos comerciantes e desencadear represálias contra os que mostram sentimentos favoráveis à Frelimo.

As práticas terroristas, parte integrante do comportamento do exército colonial-fascista, o desenvolvimento rápido e sistemático das acções mais brutais e repugnantes como os massacres de envergadura crescente, contrastam claramente com a linha e a prática dos militantes da Frelimo. Isso tem levado sectores cada vez mais amplos da população europeia a sentir que na realidade os únicos terroristas e criminosos, os únicos racistas em Moçambique são as forças de repressão do sistema colonial-fascista. Esta situação é testemunhada duma maneira clara pela evolução da Igreja Católica em Moçambique. A Igreja que se identificara totalmente ao regime, salvo raras e honrosas excepções, começa hoje publicamente a denunciar o reino do terror e do massacre. A deposição corajosa de vários bispos no julgamento dos padres do Macúti constitui uma condenação aberta das práticas terroristas sistemáticas do colonialismo português. O massacre de Wiriyamu, que produziu um choque sem precedentes na opinião internacional, foi ainda uma ocasião para que numerosos sacerdotes e prelados se demarcassem do regime colonial-fascista. Hoje, o regime colonial-fascista que pretende defender em África a civilização cristã, aparece publicamente como o assassino dos chefes da Igreja Presbiteriana em Moçambique, os reverendos Zedequias Manganhelas e José Sidumo, prende, tortura, condena e expulsa pastores e sacerdotes, submete bispos a ameaças policiais e provocações.

A natureza repressiva, fascista e exploradora do regime, a sua política em benefício exclusivo do grande capital português e multinacional também se fez ressentir junto da população europeia, constituída na sua maioria por trabalhadores, empregados, funcionários, técnicos e intelectuais. Estas camadas, sujeitas à exploração capitalista e à repressão fascista, sofrem uma degradação constante do seu nível de vida em consequência da política de guerra e da sujeição ao capital. A linha e a prática da Frelimo, que sempre definiram claramente o alvo das nossas armas e distinguiram sem hesitação a população branca e portuguesa do colonial-fascismo, tem levado este sector a tomar uma atitude positiva em relação à luta de libertação.

É crescente o número de brancos, que sentindo Moçambique como a Pátria de todos os moçambicanos sem distinção de raças, se integra nas fileiras da Frelimo para libertar a pátria e destruir o regime de dominação e exploração estrangeiras e a repressão fascista. Por isso mesmo as forças da PIDE lançam-se agora também contra a população europeia, enquanto a máquina de propaganda colonial se esforça por convencer a população europeia que esta não deve confiar nas palavras da Frelimo. Amargamente, no fim do ano de 1973, o Governador-Geral Colonial queixava-se do crescimento da "subversão" no seio da juventude branca e no seio das fileiras da própria administração.

Assim, na realidade diária, a luta de libertação encabeçada pela Frelimo, aparece verdadeiramente, no conteúdo e na forma, como o combate de todas as camadas sociais sem distinção de etnia, raça ou crença religiosa, contra a dominação colonial-fascista portuguesa e imperialista em Moçambique.

Para as massas trabalhadoras moçambicanas, que constituem a maioria esmagadora da população, assim como para os sectores de funcionários e empregados, técnicos e intelectuais, pequenos e médios proprietários e comerciantes, a libertação nacional significa necessariamente a destruição dum Estado que se identifica com a dominação brutal do grande capital, à subordinação dos interesses nacionais, aos interesses da dominação imperialista no nosso país e na região austral do continente.

Pelo seu conteúdo e forma, pelos seus objectivos, a nossa luta é democrática e popular. Por isso desde já na nossa pátria, nas zonas libertadas que cobrem 1/3 do país, se instala o Poder Popular o Poder das massas trabalhadoras que edifica uma Sociedade Nova.

## II — A NATUREZA SOCIAL DA FRENTE E A SUA LINHA POLÍTICA

“Moçambicanos,

operários e camponeses, trabalhadores das plantações, dos caminhos de ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens e mulheres, jovens e compatriotas:

*em nome de todos vós*

a FRELIMO proclama hoje, solenemente a insurreição geral armada do Povo Moçambicano contra o colonialismo português para a conquista total da sua independência.

A luta não deverá cessar senão com a liquidação completa do colonialismo português.

Unamo-nos do Rovuma ao Maputo.

Viva Moçambique independente.

Viva a FRELIMO.

Viva a Africa unida”.

(Proclamação do Comité Central por ocasião do desencadeamento da luta armada de libertação nacional).

### 1. A UNIFICAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONALISTA

A natureza da luta, uma luta pela independência nacional, que destrói a dominação estrangeira que se opõe aos interesses de todas as camadas sociais moçambicanas, explica a preocupação pela unidade que dominou desde o início o movimento patriótico moçambicano.

As experiências das guerras de resistência à conquista colonial, ainda frescas na memória das populações — a revolta do Báruè terminada em 1918, demonstraram claramente que a causa essencial da vitória colonialista se encontra no carácter desunido e disperso da resistência.

Mas estes dados objectivos não eram automaticamente apreendidos e uma longa luta foi necessária para fazer triunfar a unidade.

A partir dos fins dos anos 50, organizam-se fora de Moçambique movimentos patrióticos entre grupos compostos essencialmente de exilados económicos instalados nos países vizinhos.

A UDENAMO, União Democrática Nacional de Moçambique, cria-se na Rodésia do Sul recrutando os seus membros entre os trabalhadores e emigrados vindos sobretudo das províncias de Manica e Sofala, Gaza e Lourenço Marques.

A UNAMI, União Nacional Africana de Moçambique Independente, constitui-se no Malawi buscando os seus membros especialmente entre os originários das províncias de Tete, Zambézia e Niassa.

A MANU, primeiramente denominada Maconde African National Union e depois Mozambique African National Union, forma-se em Mombaça, agrupando particularmente os elementos de origem maconde da província de Cabo Delgado.

Esta acção como se verifica, não se consegue libertar inteiramente do tribalismo e do regionalismo, ela não consegue unir vastas massas para a tarefa de libertação nacional. Diversos factores o explicam. O aticamento pelo colonialismo das rivalidades tribais, religiosas e outras, a falta de experiência e cultura política dos militantes, na maioria dos casos muito jovens, são os factores essenciais.

No entanto, a existência de várias organizações não corresponde realmente a uma clivagem política e social. Elas constituíram-se entre grupos de emigrados e exilados, consoante os lugares em que viviam, frequentemente desconhecendo a sua mútua existência. O facto é que a multiplicação das organizações não é de natureza a mobilizar as massas.

Os acontecimentos do Congo, o desencadeamento da luta de libertação em Angola, a independência do Tanganyika, vêm estimular os sentimentos patrióticos. Mas é sobretudo o processo de evolução no interior de Moçambique que vai desencadear o movimento unificador.

Paralelamente à agitação patriótica no exterior, no interior de Moçambique, em especial nos centros urbanos da Beira e Lourenço Marques e nas zonas onde se encontram embriões de cooperativas agrícolas como em Gaza, Cabo Delgado e Manica e Sofala desenvolve-se uma acção patriótica. Simultaneamente, pequenos grupos utilizando frequentemente organizações culturais, recreativas e organizações de socorros mútuos, lançam um debate de ideias. É o caso do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), do Centro Associativo dos Negros de Moçambique, etc.

Embora numericamente fracos e sujeitos a uma repressão constante, estes grupos aparecem como a expressão do sentimento patriótico que anima sobretudo as massas urbanas. A sua fraqueza numérica na realidade não corresponde ao papel importante e dinamizador que desempenham junto da opinião.

A visita a Moçambique em 1961 do camarada Eduardo Chivambo Mondlane, então funcionário das Nações Unidas, cristaliza e acelera o processo da consciência unitária e a aspiração à liber-

tação nacional. Os contactos que estabelece durante a sua visita, a plataforma simples, clara e justa que propõe às diversas forças dispersas, vão desencadear o processo que levará à formação do movimento de libertação nacional.

A acção do camarada Eduardo Chivambo Mondlane e dos outros camaradas, apoiados pelos grupos do interior consegue finalmente em 25 de Maio de 1962 reunir a MANU e a UDENAMO, com o objectivo de discutirem a unificação do movimento nacionalista. Um protocolo de unificação é assinado entre as duas organizações. A UNAMI sentindo a pressão a favor da unidade é forçada a apor a sua assinatura ao protocolo de unificação.

Em 25 de Junho de 1962 de acordo com o protocolo, as três organizações dissolvem-se e constitui-se a FRELIMO — FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE. Uma direcção provisória encabeçada pelo camarada Eduardo Chivambo Mondlane é encarregada de organizar o I Congresso da Frelimo que se realizou de 23 a 28 de Setembro de 1962.

A Frelimo ao constituir-se define-se como uma organização de massas que recebe no seu seio todos os Moçambicanos, sem distinção de sexo, origem étnica, crença religiosa ou lugar de domicílio, que aprovelem os Estatutos e o Programa da Frelimo, que se comprometam a aplicar a linha política da Frelimo.

O I Congresso precisa que são objectivos da Frelimo, a liquidação total da dominação estrangeira, de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo, a conquista da independência imediata e completa, a construção de um Moçambique desenvolvido, moderno, próspero e forte. Para levar a cabo a sua acção a Frelimo define os objectivos prioritários de trabalho.

Trata-se primeiramente de mobilizar e organizar as largas massas populares, cujos interesses, objectivos e aspirações se concretizam no programa da Frente. Levar as massas a compreender qual a estratégia e tática da libertação nacional.

O então recente massacre de Mueda, a ferocidade da repressão desencadeadas em Angola, o reforço das forças militares colonialistas, a instalação da PIDE que desencadeia uma campanha terrorista de intimidação, torna evidente que a libertação nacional exigirá o recurso à luta armada. Assim, o segundo objectivo é de preparar o desencadeamento da luta armada de libertação nacional, nomeadamente formando-se os quadros político-militares necessários para o empreendimento.

Em terceiro lugar é indispensável lançar-se uma campanha no exterior, que desmascare o colonialismo português e mobilize a favor do Povo Moçambicano a solidariedade internacional.

Finalmente, tendo em conta o carácter particularmente obscurantista do colonialismo português, impõe-se a necessidade da rápida elevação do nível de conhecimentos científicos: a educação científica e literária aparece com uma prioridade, uma necessidade para o desenvolvimento posterior da luta armada e de reconstrução nacional.

Os temas simples e claros que a Frelimo propõe encontram um eco positivo e quase instantâneo em todas as camadas sociais, em todas as regiões do país.

A missão dos primeiros organizadores que a Frelimo enviou para o trabalho clandestino, na prática não consiste em convencer as populações da justeza da causa ou da necessidade da luta, mas sim em organizá-las, isto é, distribuir-lhes tarefas concretas que preparam o desencadeamento da luta. No entanto o sucesso que a Frelimo encontra, a adesão massiva das populações, o entusiasmo despertado, não significam de maneira nenhuma que a questão essencial da unidade se encontrava definitivamente resolvida.

Com efeito, a unidade aparece como um processo contínuo de satisfação das reivindicações populares e no curso deste processo opera-se uma acção de rejeição e de assimilação.

## 2. A UNIDADE NO PROCESSO CONTÍNUO DE DEFESA DOS INTERESSES DAS MASSAS

Em muitos textos da Frelimo, nas reuniões e discussões entre militantes, o processo de unidade aparece definido em três etapas que se sucedem continuamente: unidade, crítica, unidade.

A uma fase da unidade atingida, segue-se a experiência da prática, no curso da qual se revelam os pontos fracos e fortes da unidade atingida e se manifestam as exigências das novas situações criadas pelo desenvolvimento da luta e da consciência. Sucede-se então uma fase de crítica, no curso da qual são rejeitadas as ideias, as forças e os comportamentos que não correspondem à etapa atingida e por consequência minam a unidade, porque introduzem no nosso seio valores ultrapassados. Uma forma superior de unidade é assim atingida.

A linha condutora do processo, a pedra de toque que permite detectar os desvios, é o interesse objectivo das massas trabalhadoras e por consequência o progresso da revolução. A quem serve esta ideia, esta forma, este comportamento, a que zona, nossa ou do inimigo, corresponde esta manifestação, é a pergunta que surge continuamente durante o processo da crítica.

A unidade não é pois uma forma estática, um valor sobrenatural e absoluto que colocamos num pedestal para o contemplar em êxtase.

No processo da luta pela unidade dizemos sempre, devemos saber com quem nos unir e para quê.

Vivemos continuamente este processo desde a criação da Frelimo e, como o definiu o Comité Central na sessão de Abril de 1969, a revolução aparece como um rio, que à medida que progride e se torna mais forte incorporando novas forças, também rejeita progressivamente para as margens as cargas impuras que transporta.

Em 1962 quando a Frelimo se constituiu, o objectivo era apresentar às massas uma alternativa à submissão.

Praticamente a totalidade do Povo Moçambicano rejeita a dominação colonial, no entanto a consciência das massas é baixa, a experiência organizativa quase nula, a repressão forte. Trata-se pois dentro deste contexto, de mostrar que é possível a vitória através dum combate unido contra o inimigo comum, o colonialismo português.

Sobre este ponto pôde-se em 1962 realizar a unidade, é ela pois que serve de plataforma de partida da Frelimo. Mas a seguir surge a questão de saber como liquidar o colonialismo na nossa pátria. Os massacres de Xinavane (1947), e Mueda (1960), as represões sangrentas e brutais das greves da Estiva e dos Caminhos de Ferro da Beira e de Lourenço Marques (1963), o desprezo manifestado por Portugal em relação à resolução 1514, (XV) e outras da ONU, a ferocidade colonialista em Angola, o aumento contínuo das forças armadas e policiais em Moçambique, as repetidas e claras declarações do colonialismo português, mostram claramente que a única via de libertação passa pela luta armada.

A situação exige pois de cada um, uma tomada de posição em relação à questão crucial da luta armada. Uma clivagem vai pois operar-se. Em especial no seio da direcção da Frelimo existem numerosos elementos vindos das direcções da MANU, UNAMI e UDENAMO. Estes elementos vivem há muito tempo fora de Moçambique, sem contacto directo ou conhecimento real da situação existente. A sua experiência política foi adquirida na convivência com as organizações nacionalistas da Rodésia, Malawi, Zâmbia, Tanganhika, Quénia, organizações cuja estratégia consiste em organizar vastas massas que através de manifestações, greves e outras acções não violentas, criam uma situação que leva a potência colonial a negociações, que conduzem numa primeira fase à autonomia interna e mais tarde a independência.

Estes elementos confundem a situação duma potência colonial desenvolvida, industrializada e imperialista como a Grã-Bretanha, com a situação de Portugal, país sub-desenvolvido, não industrializado e vivendo em situação de semi-colónia. Estes elementos ignoram a distinção entre um país de democracia burguesa, onde a opinião pública nacional e internacional desempenha um papel apesar de tudo relevante, e um país fascista, em que a censura e a repressão policial impedem qualquer manifestação de desacordo.

Daí a sua oposição à via armada. Esta concepção errada e nociva ao progresso da luta, contrária ao interesse objectivo das massas, opõe-se ao grau de consciência atingido pelas próprias massas. A oposição à luta armada bloqueia o processo libertador. A contradição para ser resolvida no interesse das massas exige a liquidação das concepções erróneas. O princípio da luta armada triunfa e por isso suscita oposição.

Um primeiro grupo com Baltazar Chakonga e outros antigos dirigentes da UNAMI e MANU afasta-se da Frelimo, porque se opõe ao princípio da luta armada. Um outro grupo com Gumane e antigos dirigentes da UDENAMO e MANU subestimam a força real do inimigo porque o não conhecem, e pensam que bastam

algumas acções violentas e terroristas para levar o inimigo a capitular. Trata-se na realidade duma oposição ao princípio da luta armada popular, pois que se preconiza que esta seja desencadeada imediatamente, sem nenhuma mobilização prévia das massas, sem nenhuma preparação de quadros que orientem e dirijam o processo. Estes elementos separam-se também da Frelimo, quando a Frelimo define métodos objectivos e científicos que levarão ao desencadeamento da luta armada popular. A fase atingida exigia uma clarificação que liquidando os oportunistas e aventureiros permitisse um progresso na luta, um reforço da unidade ao serviço das massas e dos seus objectivos.

Graças à unidade atingida com o processo crítico, em 25 de Setembro de 1964 a luta armada é desencadeada com sucesso em diferentes pontos do território nacional.

As vitórias alcançadas, em particular nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, conduzem a novos desenvolvimentos da situação.

A partir dos fins de 1965 começam a surgir zonas donde a administração colonial se retira, as populações abandonam as suas povoações para escapar à repressão e viver sob a protecção da Frelimo. Progressivamente este processo desenvolve-se, surgem as zonas libertadas e semi-libertadas, isto é, zonas onde a totalidade da vida das massas depende da orientação da Frelimo, onde no quotidiano se aplicam as nossas palavras de ordem. Uma nova situação qualitativa é criada com novas exigências.

Como organizar a produção, como administrar as populações, que tipo de relações sociais de produção devem existir nas nossas zonas, quais as relações a estabelecer entre a população e as estruturas da direcção da Frelimo, entre o exército e as populações, são problemas que aparecem como imediatos e requerem resoluções concretas e claras.

A sociedade tradicional possui também formas opressivas e discriminatórias, nomeadamente em relação à mulher e à juventude. Era necessário pois que o processo libertador atingisse também a sociedade tradicional.

O aumento de populações nas nossas zonas resultou num crescimento importante dos efectivos do exército. Este já não era constituído por duas centenas e meia de elementos, mas sim por milhares de combatentes e punha-se por consequência a questão de saber que exército construir, quais as relações a existir entre este, as massas e a Frelimo.

As questões da organização da produção e do comércio, do tipo de relações sociais de produção a estabelecer, a questão da natureza do exército e do poder revelam-se como questões-chaves donde depende a solução do conjunto dos problemas.

De novo duas linhas surgem no nosso seio, uma respondendo aos interesses dos elementos que vêm na luta um meio de se substituir enquanto classes exploradoras às classes colonialistas, e outra correspondendo aos interesses objectivos das massas que lutam para abolir a exploração do homem pelo homem.

Nas zonas libertadas, desaparecida a presença colonial, os embriões da burguesia e as sobrevivências feudais sentem o terreno fértil para o seu desenvolvimento enquanto classes exploradoras.

O controlo do poder nascente e do exército que se cria aparece como condição essencial para a realização destas ambições.

É evidente que as reivindicações da nova classe de exploradores não são formuladas duma maneira tão crua. Dir-se-á que se é contra a exploração mas que esta é feita exclusivamente pelos colonialistas, ou ainda que as questões do poder, da organização da produção e comércio, do novo tipo de relações sociais de produção, etc., são questões que devem aguardar a independência. No entanto os problemas exigiam uma solução imediata. Saber se devíamos instalar uma administração popular, um Poder Popular, ou simplesmente manter o sistema anterior de administração africanizando-o, se devíamos organizar um comércio ao serviço do povo que controlasse o mercado interno e externo, lançar o movimento das cooperativas agrícolas, ou permitir em contrapartida que antigos régulos e outros elementos explorassem os trabalhadores agrícolas ou instalassem um comércio fundado sobre a especulação, não eram questões teóricas, discussões e hipóteses académicas. Tratavam-se de questões reais e imediatas, existentes em cada povoação libertada, em cada região, em cada zona sob o nosso controlo.

Que a questão dividia a direcção da Frelimo era evidente. Mas importava saber se, para salvaguardar a unidade com um punhado de elementos que se encontrava na direcção, devíamos sacrificar os interesses das vastas massas populares, permitindo assim que o sangue vertido e os sacrifícios consentidos, fertilizassem o crescimento duma nova classe exploradora e opressora.

Uma batalha política travou-se no nosso seio, uma luta que reflectia interesses opostos, um combate duro em que os elementos reaccionários muitas vezes recorrem à violência, como testemunham os assassinatos dos camaradas Mateus Sansão Muthemba, membro do Comité Central e Paulo Samuel Khankomba, membro do Estado Maior e chefe adjunto das operações.

A partir mesmo dum certo momento, quando as forças reaccionárias sentiram a batalha perdida, devido à consciência das massas, elas aliaram-se com o próprio colonialista português, ora designando a este os alvos a abater no nosso seio, como foi o caso do assassinato do camarada Presidente Mondlane, ora mesmo desertando para se juntar abertamente aos colonialistas, ou lançando campanhas públicas e caluniosas no exterior para denegrir a organização.

Todavia, o processo de rejeição destas forças reaccionárias reforçou ainda mais a organização, pois permitiu que as massas sentissem plenamente que os seus interesses exigiam a defesa da linha revolucionária e que a defesa desta se identificava com a realização das reivindicações populares.

A batalha que se travou entre 1967 e a segunda metade de 1969, permitiu-nos atingir a presente fase de unidade, a fase em que a nossa unidade serve o combate anti-colonialista e anti-impe-

rialista, destrói as estruturas políticas e económicas, sociais e culturais de exploração, para que se instale na nossa pátria uma sociedade nova, um regime social popular:

Certamente que a fase de unidade que atingimos hoje não é de maneira nenhuma a última. Novas contradições deverão surgir entre nós, criadas pelo desenvolvimento e exigências da situação. É possível que elas não atinjam o grau crítico do passado, na medida em que duma maneira geral adquirimos por um lado uma maior experiência para detectar e resolver as contradições quando ainda embrionárias e, por outro lado, as forças que representavam os interesses das camadas exploradoras afastaram-se da luta, desmascarando-se e aliando-se aberta e claramente com o próprio colonialismo.

De toda a maneira as contradições surgirão, a oposição à revolução, a contra-revolução continuará a existir. Esta é a experiência histórica de todas as revoluções, uma necessidade do processo do progresso.

### 3. A QUESTÃO IDEOLÓGICA NO SEIO DUMA FRENTE LARGA

O conjunto destas questões levanta-nos o problema do papel e da necessidade da ideologia para o desenvolvimento revolucionário. A afirmação já clássica de que sem teoria revolucionária não há prática revolucionária, encontra uma ampla justificação na nossa experiência.

Contudo, a nossa prática apresenta algumas originalidades neste capítulo, em particular na relação entre a existência de uma frente larga sem partido de vanguarda constituído e a ideologia revolucionária.

Seja dito para evitar qualquer ambiguidade, que a inexistência do partido de vanguarda no seio da frente larga, não resulta nem dum postulado da nossa análise nem dum objectivo ou mesmo estratégia nossa. Trata-se sim dum conjunto de circunstâncias históricas que vivemos, caracterizadas entre outros aspectos, essencialmente, pela inexistência duma classe operária organizada e com tradições, a falta de experiência de luta das largas massas, o peso de tradições e concepções reaccionárias impostas ao povo pela dominação feudal e colonial, o isolamento das comunidades, especialmente as rurais, até à constituição do movimento nacionalista, o que nos privou de experiências teóricas e práticas do movimento revolucionário mundial.

A necessidade de uma ideologia revolucionária não surge como uma exigência livresca, assim como a ideologia não é constituída pela simples leitura dos mestres do pensamento revolucionário.

Ainda que a elaboração ideológica deva imenso à contribuição teórica e prática do movimento revolucionário dos outros povos, a ideologia é sempre uma criação da luta concreta dum povo e das suas classes revolucionárias, ela só se torna real quando assu-

mida e vivida pelas largas massas, quando a teoria renasce e se materializa na prática quotidiana da luta. Só assim ela se transforma na força material imensa que conduz o povo a derrubar a velha ordem e a construir a nova sociedade.

A linha política, a ideologia surgem como orientações aos problemas concretos suscitados pelo desenvolvimento da luta e exigidos para o progresso do processo.

Substituir as solidariedades ultrapassadas de ordem tribal, linguística, religiosa e cultural pela unidade nacional, pela consciência de pertencer a uma imensa classe trabalhadora e explorada, definir claramente o inimigo e fazer assumir pelas massas a sua natureza exploradora, demarcar por consequência sem ambiguidade as nossas ideias e valores, objectivos, métodos e comportamento daqueles do inimigo, foram e são necessidades concretas que vivemos.

A unidade nacional e de classe são instrumentos indispensáveis para destruímos a máquina poderosa do inimigo, são a nossa força essencial, são o nosso principal ponto forte. A definição do alvo para as nossas armas não pode tolerar nenhuma ambiguidade, tanto mais que nas circunstâncias históricas da nossa luta, em que afrontamos sobretudo forças económicas, políticas e militares duma Nação diferente, é muito fácil identificar-se o inimigo com uma raça, desnaturando assim o sentido da luta, permitindo que forças reaccionárias fortifiquem no nosso seio e percamos a sensibilidade política necessária para nunca confundir o amigo e o inimigo.

Por isso mesmo se exige ainda de cada um de nós o combate interno que leva a eliminar tudo o que nas nossas ideias, critérios de valores e comportamento, não corresponde àquilo que pertence à nossa zona e onde uma sociedade nova se constrói.

A transformação dum raciocínio metafísico, próprio à nossa sociedade tradicional, num raciocínio científico e materialista, único capaz de analisar e transformar a sociedade e de mobilizar as leis da natureza a nosso favor, a libertação da energia criadora das massas, asfixiadas pelo conservantismo e imobilismo da sociedade passada, a emancipação da mulher e da juventude dominadas pelas tradições reaccionárias, constituem exigências presentes do desenvolvimento da guerra e da reconstrução nacional.

A solução destes problemas requer de nós a formulação duma linha clara e precisa que oriente os quadros e militantes.

A destruição das estruturas dos poderes colonialista e feudalista para a instalação do Poder Popular, a liquidação da propriedade exploradora e a evolução das formas individualistas de produção para formas colectivas, necessitam que a direcção forneça princípios e orientações concretas e claras.

A diversidade social do nosso país é acentuada pela diversidade étnica e racial. A nossa vitória resulta da nossa capacidade em engajar na luta anti-colonialista e anti-fascista todas as forças e camadas sociais de Moçambique, com excepção evidente da ínfima minoria que controla e dirige o grande capital explorador e o apa-

relho de repressão. Mas fazê-lo sem pôr em causa os interesses da maioria constituída pelas massas laboriosas exploradas, requer clareza e firmeza de princípios.

Por outras palavras, a questão central é a da conciliação entre a frente larga destinada a derrubar a dominação colonial e imperialista por um lado e por outro as exigências duma ideologia capaz de levar a revolução ao seu termo, o que efectivamente corresponde já à reivindicação das largas massas trabalhadoras.

Trata-se pois e tem sido esta a nossa experiência, de salvar e ampliar continuamente a frente pela inclusão constante de novas forças e de, simultaneamente, elevar o nível geral de consciência das massas e do rigor ideológico dos militantes de maneira a aprofundar o conteúdo das reivindicações populares e traduzi-las no processo da transformação da sociedade.

Assim se compreende a importância primordial que damos ao trabalho ideológico no nosso seio e no seio das massas e a prioridade que estabelecemos em favor da formação de quadros, que são o factor decisivo para a aplicação criadora da nossa linha política.

É através deste processo ainda, em que o trabalho ideológico está intimamente associado à prática revolucionária, que, progressivamente, criamos as condições para que no seio da frente cada vez mais larga, se constitua, organizada, a vanguarda revolucionária das massas trabalhadoras moçambicanas.

O contexto da reconstrução nacional e da implantação das novas estruturas de poder numa situação de guerra, apresenta exigências concretas e imediatas que as largas massas estão em condições de aprender e assumir, desde que levemos a cabo o trabalho necessário de explicação política.

E este conjunto de circunstâncias, de factores e objectivos que permitiram o desenvolvimento do conteúdo da luta de libertação nacional, levando-a teórica e praticamente à fase da revolução democrática popular. Esta fase caracteriza-se pela destruição do Estado Colonial-fascista e da dominação imperialista e pela instauração do poder da aliança entre as largas massas trabalhadoras, com o objectivo de edificar as bases duma Sociedade Nova, numa sociedade fundada nos interesses das massas laboriosas.

O processo da guerra popular de libertação e de edificação do exército popular contribui poderosamente para acelerar o processo geral de aprofundamento da ideologia e transformação das mentalidades, base indispensável à construção da Sociedade Nova.

### III — A GUERRA POPULAR E A EDIFICAÇÃO DO EXÉRCITO

#### 1. A LINHA POLÍTICA NA LUTA ARMADA

Em Moçambique há uma guerra, uma luta armada. Toda a gente dum maneira geral compreende que as concepções estratégicas e táticas sobre a luta armada que nós possuímos sejam diferentes das que possui o exército português, uma vez que os nossos objectivos políticos são antagónicos e que a natureza da nossa força é diferente. Em contrapartida bastante gente tem dificuldade em aceitar que, mesmo no seio das forças que se reclamam da revolução, possam existir concepções estratégicas e táticas opostas.

Houve quem preconizasse a constituição dum exército continental, ou internacional, que invadiria Moçambique e libertaria o território da dominação colonial.

Outras pessoas advogam que, estando a situação política objectiva madura para o desencadeamento da luta, bastaria que um grupo de revolucionários profissionais convictos e decididos, mesmo estranhos às massas, iniciasse a luta armada em locais propícios, para que automaticamente as massas se organizassem e se mobilizassem, dessem o seu apoio à luta, e a revolução triunfasse.

Para além do seu irrealismo e idealismo, estas concepções reflectem postulados errados.

No primeiro caso parte-se do princípio de que o povo é incapaz de se libertar, donde a necessidade dum força exterior a ele — o exército continental que o viria libertar. A este nível pensa-se ainda que a libertação dum povo é uma questão de técnica militar e daí a ideia de que um corpo de oficiais estrangeiros à realidade política e concreta do país, seja capaz de dirigir o processo libertador.

A segunda concepção, a dum corpo de revolucionários profissionais que, iniciando operações armadas está em medida de desencadear um processo revolucionário, reflecte uma perspectiva espontânea e mecânica do processo revolucionário.

Trata-se dum análise idealista sobre as massas e o processo de consciencialização destas.

Oposta a esta concepções encontra-se as da guerra popular de libertação.

A guerra popular é feita e ganha pelas massas. É a participação de centenas de milhares, de milhões de pessoas nas diferentes tarefas que ela exige, desde o combate armado até à produção, do transporte de material ao reconhecimento do inimigo, que torna

possível superar as nossas enormes deficiências materiais e obter a vitória.

No entanto, para engajar as largas massas no combate libertador, torna-se necessário que as forças de vanguarda no seu seio empreendam um trabalho político prévio, que as mobilize e organize. É fundamental desenvolver-se continuamente este trabalho, para elevar o nível de compreensão política das massas para que estas assumam cada vez mais profundamente a natureza, os objectivos e métodos da guerra e assim possam superar as inúmeras dificuldades, liquidando progressivamente os nossos pontos fracos e reforçando os nossos pontos fortes.

Dentro desta concepção é errada e muito grave qualquer tentativa de enganar as massas com promessas de vitórias fáceis e rápidas, ou ainda de lhes mentir sobre os fracassos ou sucessos alcançados. Com efeito este tipo de acção bloqueia a elevação de compreensão política das massas, impede-as de analisar e sintetizar as experiências colectivas e assim aprofundar e desenvolver o nosso pensamento político e estratégico, melhorar as nossas tácticas.

As massas não podem ser consideradas como um número passivo de pessoas que cumprem certas tarefas que lhes são ditadas. Milhões de homens divididos e sem uma consciência clara da sua situação, das possibilidades e meios de a transformar, constituem uma massa amorfa que o inimigo domina.



São as massas consciencializadas e unidas pela linha correcta, que constituem a força decisiva que transforma a sociedade e aniquila o inimigo.

Como organizar e mobilizar as massas, que palavras de ordem devem ser formuladas, são problemas concretos que correspondem à situação específica de cada país e dentro do país, de cada região.

Moçambique é um país essencialmente rural, em que mais de 90% da população africana vive em zonas não urbanas. As zonas urbanas são povoadas sobretudo por colonos e foram concebidas de maneira a isolar e acantonar facilmente a população africana que aí se encontra. Daí que as zonas rurais se apresentem de fácil acesso para nós, enquanto as zonas urbanas, que o inimigo controla estreitamente, exigem um trabalho mais lento e mais dispendioso das energias dos quadros e consomem rapidamente um grande número de quadros.

Assim se explica a nossa prioridade à luta nas zonas rurais e o facto de que, na fase presente, não seja dada grande importância à guerrilha urbana que, embora espectacular, nos seria fatal, sobretudo pelo dispêndio em quadros que ela requer.

A nossa luta nas zonas rurais onde o inimigo é fraco, conduz-nos a libertar fracções consideráveis do território e das populações. Assim isolamos cada vez mais o inimigo e reduzimos a sua capacidade de exploração do nosso país, razão de ser da sua presença.



Aumentamos o número de populações livres o que nos leva a desenvolver os nossos efectivos. Finalmente é este processo que conduz à destruição do Estado Colonial-fascista e à instauração do Poder Popular.

Lutando nas zonas rurais onde a nossa população é numerosa, nós agimos como o jacaré que procura levar a sua presa para a água onde esta é fraca e ele é forte. A guerrilha obriga o inimigo a combater no seio do povo que lhe é hostil.

O inimigo, que dispõe de forças numerosas e bem equipadas, capazes de se deslocar e se concentrar com rapidez graças aos seus aviões e helicópteros, possuidor de armas poderosas em medida de aniquilar alvos importantes, procura continuamente o engajamento frontal com as nossas forças. A sua propaganda vai ao ponto de nos tratar de cobardes, porque recusamos travar uma batalha onde nós e eles concentraríamos as nossas forças para nos afrontarmos num choque único, heróico e final.

Mas nós consideramos que não devemos obedecer aos generais inimigos e que não são eles quem nos deve dizer, onde, quando e como combater.

É o inimigo que nas suas bases, alvo fixo, nas suas colunas, alvo móvel, quem deve fornecer objectivos para as nossas armas.

A nossa preocupação não consiste nesta fase em obter uma grande vitória, uma vitória espectacular.

A acumulação de pequenas vitórias, possíveis com os nossos efectivos dispersos e pequenos, fornece no conjunto os resultados duma grande vitória.

A destruição das numerosas pequenas bases do inimigo, que protegem a grande base, força o inimigo a evacuar posições e a concentrar as suas forças nalguns pontos onde permanecem isoladas, ociosas e inúteis. O terreno fica-nos pois a pertencer e as populações são libertadas. São criadas assim as condições para finalmente se aniquilar a grande base isolada.

Há quem considere que, num tipo de guerra como a nossa, guerra de libertação nacional, todos os indivíduos que pertencem à cor ou nacionalidade do inimigo, automaticamente são o inimigo. Assim a criança ao mesmo título que o soldado, o velho como o polícia, a mulher da mesma maneira que os dirigentes dos monopólios, o trabalhador e os chefes da administração colonial, uma vez que são brancos, ou portuguees, constituiriam alvos para as nossas armas.

No nosso seio o grupo de novos exploradores que ambicionara substituir os colonialistas como classe dominante tentou impor esta definição do inimigo. Certos meios classificavam estas concepções racistas de radicalismo revolucionário, ou por falta de clareza ideológica, ou numa tentativa de confundir a opinião sobre a justiça da nossa linha e desacreditar as verdadeiras forças revolucionárias.

Porque a nossa guerra é popular e defende os interesses populares, nós estamos conscientes de que não existe nenhum anta-

gonismo entre os interesses fundamentais do Povo Moçambicano e os de qualquer outro Povo do mundo, incluindo o Povo Português. Por isso mesmo sempre dissemos que não existe razão para qualquer antagonismo entre nós e a população civil portuguesa em Moçambique. São os colonialistas portugueses que implantam colonatos nas terras pilhadas à nossa população, que multiplicam os mais atrozes crimes contra mulheres, crianças, velhos e populações civis, que se esforça por provocar uma guerra racial que modificaria a natureza do nosso combate.

A acção política da Frelimo, a consciência e sentido de disciplina das massas e combatentes destruíram esta manobra sinistra do inimigo.

Nas nossas fileiras aceitamos sem discriminação todos os brancos que se identificam como moçambicanos e conosco querem combater.

As nossas forças têm respeitado escrupulosamente as vidas e bens dos civis portugueses.

A Frelimo continuamente tem apelado à população portuguesa em Moçambique para apoiar o combate contra o colonialismo e o fascismo.

Nós temos continuamente agido para que os soldados portugueses, que na sua maioria esmagadora são filhos do Povo Português, se apercebam que, com as suas armas lutando contra o nosso povo, constituem a muralha que protege os autênticos inimigos do nosso povo e do próprio povo português. O exército, as polícias, a administração colonial, são os fundamentos que protegem o Estado Colonial, e por isso, obrigatoriamente devem ser destruídos.

Em contrapartida, e como solidariedade nossa para com o Povo Português, nós aplicamos uma política de clemência para com os soldados inimigos capturados em combate e unilateralmente por vezes os libertamos. Evidentemente que, no que diz respeito aos desertores estes são considerados como amigos do nosso Povo e nossos aliados, em relação a eles não se trata de aplicar uma política de clemência, mas sim de amizade.

Assim aparece claramente em Moçambique a demarcação, mesmo ao nível da luta armada, entre nós e o inimigo.

O inimigo tem a sua maneira de combater e nós temos a nossa. Ele tem as suas concepções estratégicas e táticas, os seus métodos terroristas que correspondem aos interesses das classes exploradoras e à ideologia fascista que ele serve. Nós temos as nossas concepções estratégicas e táticas, os nossos métodos que respeitam a dignidade humana, porque servimos os interesses do povo e somos guiados pela ideologia que corresponde aos interesses das massas exploradas.

## 2. OS PROBLEMAS DE DISCIPLINA NO EXÉRCITO

O funcionamento eficaz dum exército mesmo de guerrilha, sobretudo em tempo de guerra, requer uma alta disciplina que

mantenha relações harmoniosas no seu seio e uma execução rápida e correcta do comando.

O exército colonial-fascista funda a sua disciplina no terror imposto pelos graduados à base, nas punições constantes e brutais, na privação de qualquer iniciativa e capacidade de raciocínio do soldado, na compartimentação rigorosa entre os graduados e entre estes e os soldados.

É evidente que este tipo de disciplina não pode corresponder de maneira nenhuma à nossa. Como em todos os outros campos, aqui também claramente se opera a demarcação entre nós e o inimigo.

A disciplina para nós resulta da compreensão do combatente e é a concordância do nosso comportamento e ideias, com os princípios e regras que regem a nossa vida de militantes da Frelimo, combatentes das Forças Populares de Libertação de Moçambique e servidores das massas. Assim a disciplina é como a sentinela que protege a linha política, que nos alerta acerca de qualquer tentativa de desvio ou agressão contra a linha.

A integração na nossa disciplina de elementos vindos duma vida diferente da nossa, é uma tarefa particularmente dura.

O desertor do exército colonial ou civil da zona inimiga, vem habituado a uma obediência cega aos comandos do exército ou administração colonial. Eles vivem a disciplina inspirada pelo terror.

Os elementos vindos das povoações, da vida tradicional, trazem em si valores, ideias e hábitos que reflectem a racionalidade metafísica e os condicionamentos da sociedade feudal, o tribalismo, a superstição, o culto do passado, a submissão cega à tradição e aos comandos dos velhos.

A integração destes elementos pressupõe previamente a libertação do espírito de obediência passivo imposto pelos chefes, ou pela superstição e em seguida, conduzir o indivíduo a compreender e amar a nossa vida, para poder viver conscientemente os princípios e regras que o conduzem.

A integração na nova disciplina não pode ser separada da transformação da consciência do homem.

Trata-se ainda de inculcar o sentido dos valores colectivos e a noção de responsabilidade para com a colectividade.

Possuir um sentido colectivo, é assumir que o indivíduo se valoriza na medida em que souber consagrar as suas energias ao progresso das massas e da revolução. Possuir a noção de responsabilidade para com a colectividade é compreender que, qualquer missão que nos é transmitida, qualquer material que nos é confiado, se destina em última análise ao progresso das massas e da revolução.

Dentro deste contexto, para nós uma ordem é a exigência do cumprimento duma tarefa que corresponde aos interesses das massas e da revolução, por isso mesmo uma ordem injusta ou o não cumprimento duma ordem justa, aparecem como violação grave da nossa disciplina.

Porque a disciplina é assim fundada numa adesão profunda à nova sociedade que construímos, atribuímos uma importância fundamental à discussão e ao estudo político no nosso seio. As decisões são elaboradas depois de discussões e tendo em conta o grau real de compreensão política do sector que as deve aplicar. A execução é precedida duma campanha de explicação e mobilização política. As tarefas cumpridas são analisadas para que se sintetize a experiência adquirida e possamos elevar assim a nossa consciência e teoria revolucionárias. No nosso exército não existem postos, embora evidentemente existam diversos níveis de responsabilidade. A distinção não é apenas semântica e merece alguma explicação. A concepção de posto é certo que integra a noção de diferentes níveis de responsabilidade, todavia ela implica ainda que o titular do posto duma maneira permanente, exerça responsabilidades dum nível determinado, correspondentes ao seu posto.

Nós consideramos que não existem tarefas superiores ou inferiores, uma vez que todas se destinam a servir a revolução. Assim um chefe provincial pode ser retirado da sua tarefa para exercer a missão de instrutor por exemplo, sem que isto implique uma despromoção, uma baixa de posto. Ele exercia uma responsabilidade, agora exerce outra.

A nossa preocupação foi a de estabelecer entre militares de base, quadros e dirigentes, um clima de confiança total e fraternidade onde a palavra "camarada" adquira a sua verdadeira dimensão.

No nosso trabalho a este nível tivemos que fazer face a dois tipos de desvios.

Há elementos que pecam por espírito de autoritarismo, defeito herdado da sociedade colonial, ou mesmo tradicional, onde não existe uma vida democrática. Do lado oposto, manifestam-se tendências de ultraliberalismo, falta de respeito ou ignorância das estruturas, igualitarismo artificial, estabelecimento de falsas solidariedades baseadas em vícios ou defeitos, gostos decadentes e corruptos.

As duas tendências são combatidas energeticamente no nosso seio, pois violam, no primeiro caso, o espírito democrático do nosso exército e no segundo os princípios da nossa unidade e das nossas estruturas, o centralismo democrático e a nossa disciplina.

A disciplina revolucionária aparece sempre como um dos factores decisivos do espírito combativo e da eficácia do exército revolucionário, em todas as suas fases.

A experiência tem-nos provado que nas circunstâncias difíceis em que vivemos, qualquer afastamento da disciplina traduz-se em relaxamento da vigilância, infiltração de ideias e comportamentos estranhos no nosso seio, criação de desconfianças, aparecimento de deserções, em resumo, criação dum clima propício à derrota. É por isso que a disciplina exprime e protege a linha política, a organização e as suas estruturas.

Um aspecto particularmente importante da disciplina, refere-se às relações com a população.

O respeito estricto do povo e dos seus bens é um principio fundamental para todos.

Na realidade, não é pela cor da pele, idioma utilizado ou palavras, que o povo nos distingue do exército colonial. A atitude em relação às massas, o respeito a estas, é a pedra de toque que nos demarca das tropas agressoras.

O exército inimigo pode usar a mesma farda e utilizar as mesmas armas que nós, pode falar a mesma língua e ter a mesma cor, pode até pretender ajudar as massas. Na realidade tudo que ele faz destina-se a desorganizar e desmobilizar as massas, a afastá-las da luta e fazê-las abandonar as justas reivindicações, integrá-las no sistema de exploração. No seu comportamento em relação aos bens do povo, a mentalidade exploradora do exército colonial, naturalmente que conduz à pilhagem e ao roubo. Em relação às mulheres, a mentalidade corrupta do inimigo, naturalmente que o leva à imoralidade e à violação das mulheres. Os gostos decadentes do capitalismo produzem a inclinação para a bebedeira e o consumo de estupefacientes, como meios de asfixiar e alienar a consciência. A lógica fascista e colonialista, o seu desprezo intrínseco pela dignidade humana provoca sistematicamente os crimes mais bárbaros, mais animalescos e sádicos, como provoca a degradação humana, a animalização das próprias forças repressivas.

A demarcação total entre o nosso comportamento e o do inimigo corresponde à demarcação das nossas linhas políticas. O respeito pelos bens do povo, o respeito pela mulher e a luta pela sua promoção, o combate contra a bebedeira e o consumo de drogas que alienam o homem, o respeito pela dignidade e personalidade do homem que exclue o recurso ao crime, ao terrorismo e à tortura, são características essenciais do nosso exército, um Exército Popular.

Em certos meios marcados pelos gostos decadentes da sociedade capitalista pretende-se que certas questões tais como a promiscuidade sexual, consumo de bebidas e drogas, são actos progressistas, ou pelo menos questões insignificantes a que a revolução deve ser indiferente.

Nós rejeitamos o conceito de que aquilo que exprime a corrupção e decadência seja progressista. A revolução é incompatível com a corrupção, como a guerra é irreconciliável com o conforto.

Para o militante não existem momentos de relaxamento, momentos em que se abandona a linha e a disciplina para descansar. A linha e a disciplina são o nosso oxigénio e sangue e não podemos pretender um descanso no acto de respirar ou na circulação do sangue.

Não se trata também de pequenos problemas, como se pode pretender, mas de questões fundamentais e que definem a nossa personalidade revolucionária, de que dependem as relações harmoniosas entre a população e a guerrilha ou exército, as relações entre a força principal que é o povo, e o seu braço armado, que é o exército.

As relações entre o exército e o povo dependem ainda do que aparece como tarefa do próprio exército.

### 3. TAREFAS MILITARES E TAREFAS POLÍTICO- -MILITARES

A Frelimo definiu como tarefa e palavra de ordem de todos os seus militares, o Estudo, a Produção e o Combate.

Pelo estudo político, científico e técnico, adquirimos os conhecimentos necessários, não só para o desenvolvimento da guerra, da economia, da cultura, como também e sobretudo adquirimos as bases indispensáveis à formação duma consciência materialista, livre de todas as formas de idealismo e superstição, indispensável para a análise objectiva do processo revolucionário. O estudo político reforça a nossa consciência e capacidade de análise, permite-nos enriquecer o conteúdo da nossa luta e elevar a prática revolucionária e o nível do nosso engajamento, aprender como transformar a sociedade. O estudo científico e técnico reconcilia-nos com a natureza e permite utilizar as suas leis para melhorarmos a nossa vida, tirarmos o máximo proveito dos nossos recursos.

A produção, para além da satisfação das necessidades materiais, leva-nos a verificar na prática a justeza das nossas ideias, fornece-nos novas ideias, reforça a consciência da nossa origem social e assim fortalece a nossa unidade. É ainda a prática da produção e análise crítica e síntese que fazemos dela que nos permite inovar e generalizar novos métodos de produzir.

O combate interno, leva-nos à eliminação dos vícios e defeitos herdados do passado, faz-nos liquidar os falsos valores, ideias e comportamentos transmitidos pela sociedade exploradora, conduz-nos à aquisição e prática dos valores, ideias e comportamentos da nova sociedade.

O combate contra o inimigo colonialista e imperialista, liberta o terreno e os homens e cria condições indispensáveis para a destruição das estruturas exploradoras e para a edificação do Poder Popular.

Estas tarefas são parte integrante da vida quotidiana dos combatentes das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Nas bases militares a instrução, o estudo político e a produção são constantes. Durante a instrução dos novos recrutas as aulas políticas, as reuniões e discussões políticas e a produção fazem parte do programa integrante de treino ao mesmo título que a prática militar. Assim habilitamos o combate a tornar-se um agente activo e consciente da transformação da sociedade.

Combinadas com a educação política, as reuniões e discussões políticas, encontram-se a crítica e auto-crítica, destinadas a impulsionar o combate interno, rectificar os métodos de trabalho e fortalecer a consciência, a sintetizar as nossas experiências. A alfabetização dos combatentes e elevação do nível literário dos já letrados, integra-se no programa de trabalho de todas as bases militares.

A produção é uma tarefa, que embora não principal é fundamental para o nosso exército. Dizemos não principal apenas porque a tarefa principal do exército é a destruição física do inimigo.

Todas as bases e destacamentos da Frelimo, além de cultivarem os seus próprios campos, ajudam os camponeses a produzir.

O facto de se exigir uma actividade produtiva ao exército, tem diversas justificações para nós.

Trata-se de que o exército se esforce em ser auto-suficiente e não sobrecarregar a população. É evidente que dificilmente o exército na nossa situação se possa auto-abastecer em víveres, mas de toda a maneira produzindo, diminui o peso sobre a população.

A produção como dissemos, quando colectiva, consolida a consciência da nossa origem de classe e fortalece os nossos laços de amizade. O soldado afastado da produção pode-se esquecer da sua origem trabalhadora, o seu dever de servir as massas exploradas e pode tender a comportar-se como um pequeno despota armado e utilizar a sua arma para se privilegiar e servir as camadas exploradoras. A valorização do trabalho manual corresponde também às concepções da nova sociedade que construímos, que, contrariamente à sociedade exploradora, não considera o trabalho manual como degradante e reservado aos ignorantes.

Os campos do exército servem-nos ainda como campos experimentais para a introdução de novos produtos e técnicas de produção. Aí, as massas podem vir aprender na prática a nova técnica e constatar o seu resultado.

A elevação do nível da técnica militar, a formação de quadros com conhecimentos cada vez mais ricos, é uma necessidade fundamental para desenvolver a luta armada e responder adequadamente às novas tácticas e armas empregadas pelo inimigo.

Há quem considere que a melhor maneira de formar quadros é a de os enviar para alguma academia estrangeira, onde durante longos anos ele poderá seguir os ensinamentos de mestres e estudar as diversas teorias militares. No nosso seio as forças reaccionárias tentaram impor esta teoria.

Esta formação afastada da prática concreta da luta, não só da luta armada, mas sobretudo da própria luta política, da prática revolucionária, parece-nos errada e no nosso caso susceptível de nos conduzir ao dogmatismo, ao estilo estereotipado e servilismo mental em relação a tal ou tal experiência estrangeira.

Tal como definimos, um combatente para nós não é apenas um homem que domina inteiramente a arma e uma arte militar abstracta. Isso em nada o distingue do combatente colonialista e fascista.

As tarefas que confiamos ao exército são político-militares, assim a formação é político-militar.

Uma formação política não pode ser abstracta e livresca, mas realiza-se em contacto permanente com a luta real.

Os nossos princípios estratégicos e tácticos, embora beneficiando enormemente da experiência teórica e prática das outras lutas revolucionárias, são sobretudo o produto da nossa própria luta, das situações específicas, militares, económicas, culturais e sociais que vivemos no nosso país.

Por isso mesmo, o essencial da preparação dos nossos quadros, só pode ser feita por nós. Dentro deste contexto conside-

ramos também necessário retirar temporariamente os combatentes da linha de fogo, para os reciclar nas nossas próprias bases de instrução, ou mesmo enviá-los a fazer estágios, relativamente curtos, em países amigos revolucionários, onde poderão aprender novas técnicas e enriquecer-se da experiência teórica e prática dessas revoluções.

O nosso sistema de formação aparece assim como um sistema de educação permanente e progressivo, intimamente ligado à prática da luta política e do combate armado, embora comporte o afastamento temporário da linha de fogo para reciclagens e estágios de aquisição de novos conhecimentos.

É dentro desta perspectiva geral que se integra a acção de formação e crescimento do nosso exército.

Presta no entanto uma dimensão fundamental, a das relações entre o exército e a Frelimo, ou se quisermos entre o militar e o político.

#### 4. MILITANTES POLÍTICO-MILITARES

Diversas concepções aparecem sobre as relações entre o exército e a organização política, entre militares e políticos.

Duma maneira geral os exércitos burgueses reclamam-se dum apolitismo ou neutralidade política, muito embora constituam a principal força de repressão do estado opressor, a garantia da sobrevivência da exploração das massas laboriosas.

Esta concepção burguesa encontrou também um eco entre nós, quando nos anos de 1967-1969, o grupo de novos exploradores advogam a separação entre os "políticos" e os "militares" e concebia a Frelimo como composta de dois grupos, a ala política, dirigente e a ala militar encarregada de combater.

Assim queria que o exército só tivesse a tarefa de combate físico contra o inimigo, opunha-se à tarefa de produção e estudo. Este grupo criticava violentamente a acção de mobilização política dos combatentes junto das massas e exigia que os comissários políticos do exército se abstivessem de organizar reuniões com as populações e de abordar com estas problemas políticos. Eles insistiam também para que se suprimisse a educação política do exército e se ensinasse apenas a obedecer aos "políticos". Nós consideramos estas concepções profundamente erradas e reaccionárias.

No nosso seio não existe, nem pode existir, dadas as circunstâncias em que vivemos, uma compartimentação entre um sector estritamente político e um outro exclusivamente militar. Todas as tarefas na fase presente servem para consolidar e estender a luta armada.

A base de artilharia não poderá bombardear o inimigo, se a população não transporta durante semanas os obuses necessários ao abastecimento das forças. A criança que vigia os movimentos do inimigo, o velho que com o seu "espera pouco" dispara contra o invasor, não são soldados, mas cumprem tarefas essenciais de combate. Por sua vez, não será possível cultivar-se um campo, fazer-se funcionar uma escola ou hospital, instalar-se um Comité

de Localidade, sem que previamente o combate armado pela destruição do inimigo tenha libertado a terra e os homens. O professor ou enfermeiro que quiser viver sem arma, não tardará a ser capturado pelo inimigo, da mesma maneira que o soldado isolado das populações corre para o seu aniquilamento.

Privar o exército da produção, sob o pretexto de que esta o afasta do combate, reflecte uma concepção estreita do que é o combate e sobretudo implica a negação da dimensão política e formativa da actividade de produção no seio do exército. O nosso combate não consiste apenas em disparar tiros e matar soldados inimigos. O objectivo central do nosso combate é a transformação da sociedade. A base da sociedade encontra-se na actividade produtiva e nas relações sociais de produção.

A participação do exército na produção, a sua experiência e exemplo da produção colectiva, dum novo tipo de relações sociais de produção, têm um efeito profundo na transformação da sociedade e das mentalidades e educa o exército dentro dum espírito novo.

A produção nas bases militares é fundamental, como também é fundamental a participação do exército na actividade produtiva das populações; esta participação reforça as boas relações e a unidade entre as massas populares e o seu exército.

Opôr-se à actividade de estudo no seio do exército reflecte a ignorância da realidade da guerra. Um exército que não estuda, não aumenta a sua cultura científica e técnica, é ultrapassado pelo processo da guerra, torna-se incapaz de sintetizar as suas experiências e de progredir, não pode detectar e neutralizar as evoluções estratégicas e tácticas do inimigo, não saberá tirar o devido rendimento das suas armas.

A ideia ainda de que o exército deve ser reservado para os "ignorantes" enquanto os "instruídos" se devem dedicar à política e direcção, exprime tendências profundamente reaccionárias sobre o papel do exército e visa constituir com os "intruídos" uma classe de "direcção" com vocação exploradora, destinada a substituir a antiga classe exploradora.

O nosso exército é um corpo político-militar constituído pelas forças mais avançadas das massas.

No seio do exército encontram-se os elementos mais dinâmicos e conscientes das massas, aqueles que voluntariamente aceitam o sacrifício supremo para a libertação do Povo e da Pátria.

A vida necessariamente mais organizada e mais sistematizada do exército, permite um trabalho político com maior profundidade, habitua o homem ao trabalho colectivo, educa-o nos valores do espírito colectivo, liberta-o das solidariedades ultrapassadas de natureza tribal, linguística, religiosa e outras.

Dentro do contexto da frente larga sem partido de vanguarda que é o nosso caso, o exército aparece como o sector mais dinâmico e consciente da frente, o sector que fornece quadros provados, não só para as tarefas de combate, como também para todas as outras tarefas.

Pela sua origem social e pela vida em que é educado, pelo seu espírito em servir as massas, o exército é um instrumento fundamental na nossa acção de transformação da sociedade.

Neste quadro, privar o exército do contacto com as massas significa querer isolar o exército e aniquilá-lo; enquanto que, privar as massas da acção mobilizadora do exército e da acção educadora dos comissários políticos, significa retirar às massas a arma ideológica de que o exército é o principal veículo transmissor, na nossa situação específica actual.

O combatente da Frelimo é um combatente político-militar, o militante da Frelimo é um militante político-militar.

No nosso seio não existem "políticos" e "militares", "políticos" e "técnicos"; pretendê-lo é deformar a realidade e sobretudo desvirtuar o sentido da luta.

É considerando o conjunto dos pontos que apresentamos, que nós afirmamos estar a construir um exército popular.

Pela origem social e pela arma ideológica que possui, pelas provas em que foi temperado, o nosso exército em constituição merecerá o nome de exército popular.

Começamos como uma pequena força desprezível. Em 25 de Setembro de 1964 dispúnhamos de duas centenas e meia de combatentes, armados de velhas armas de repetição, pistolas e algumas armas automáticas individuais. Em cada província onde a luta foi iniciada, assim como para outras províncias o número de combatentes oscilava entre quinze e vinte e cinco.

Diante de nós o exército colonial apresentava-se com cerca de 40 000 homens, equipados de armas modernas, dispondo duma força aérea e marinha, beneficiando duma rede estreita de bases e postos militares, comunicações fáceis, etc.

No entanto, porque nos encontramos armados de uma linha correcta, de fracos e débeis transformámo-nos numa força poderosa, que inflige derrotas sobre derrotas às tropas coloniais portuguesas, às tropas racistas sul-africanas e rodesianas. O nosso exército dispõe hoje de muitos e muitos milhares de combatentes, relativamente bem equipados, dominando já as armas modernas de artilharia, capazes de atacar e destruir bases estratégicas inimigas, habilitados a lançar ofensivas devastadoras e simultâneas em diversas regiões. Muito embora os colonialistas portugueses tenham trazido de Portugal mais de 70 000 homens, reforçados por fantoches e tropas dos racistas vizinhos, estas forças agressoras, sentem-se cada vez mais débeis e incapazes de fazer face ao fogo enorme da guerra popular de libertação.

O nosso exército cresce e forma-se no seio da luta de massas graças à orientação correcta da Frelimo. O nosso exército torna-se invencível porque se enraíza nas massas populares, unidas e dirigidas pela Frelimo.

Em dez anos de combate e com o desenvolvimento deste, forja-se o Exército Popular Moçambicano, servidor do Povo e da Revolução, braço armado das massas trabalhadoras e da sua organização.

## IV — A MATERIALIZAÇÃO DO PODER

### 1. AS ESTRUTURAS DO PODER POPULAR

Quando nós falamos de zonas libertadas, não nos referimos apenas à ausência da presença militar e administrativa, quer porque antes da guerra esta não se encontrava presente em cada povoação ou aldeia do nosso país, ou ainda porque pelo menos através da aviação, a presença inimiga faz-se sentir nas nossas zonas.

O verdadeiro sentido de zona libertada, é o de zona que foi libertada das estruturas da dominação capitalista-colonial e feudal-tradicional. Por outras palavras, ao nível administrativo o poder já não é exercido pelos administradores coloniais, nem pelos régulos tradicionais, as formas, métodos e conteúdo do poder, foram transformados. As populações são organizadas pública e abertamente e vivem a sua vida quotidiana orientadas e dirigidas pelas nossas palavras de ordem.

Este problema é crucial, porque em definitivo a questão essencial da revolução é destruir o poder que os opressores exercem, para instalar o nosso poder e tornar assim possível que as orientações resultantes dos nossos interesses, dirijam e transformem a vida quotidiana.

Nas zonas libertadas o poder pertence às massas e é exercido democraticamente a diversos escalões.

No escalão inferior encontra-se o círculo, que pode abranger de algumas dezenas a algumas centenas de pessoas, conforme a densidade populacional da zona.

Dirigindo o círculo encontra-se um secretariado com um número variável de membros, designado pelas assembleias gerais ou reuniões gerais do círculo.

A localidade é composta por vários círculos e dirigida por dois órgãos, um Conselho de Localidade e um Comité de Localidade.

O Conselho de Localidade é formado pelos responsáveis dos secretariados de círculos e outros elementos designados pelos círculos. O Conselho de Localidade nomeia o Comité de Localidade que exerce a direcção quotidiana da Localidade.

São os secretariados de Círculos e os Comités de Localidade que organizam a totalidade das actividades ao nível local. Eles impulsionam a formação de cooperativas, organizam a ajuda mú-

tua agrícola, organizam os grupos de transporte de material, as milícias locais, o recrutamento de jovens para o exército, o abastecimento de escolas, hospitais, infantários, bases militares, etc. São eles ainda, ou os Conselhos que solucionam os diversos litígios locais.

O recenseamento das populações, os casamentos, os registos de nascimento e óbitos, são feitos pelos Comitês e Secretariados.

Ao nível superior ao da Localidade encontra-se o Distrito, também dirigido por um Conselho e um Comité encabeçado pelo Secretário do Distrito.

No Conselho distrital, além de se encontrarem os responsáveis dos Comitês de Localidade e outros elementos designados pelos Conselhos de Localidade, encontram-se responsáveis dos diversos sectores de actividades, tais como o Comissariado Político, a educação, a saúde, a produção e o comércio. Fazem parte do Comité distrital os membros designados pelo Conselho, assim como o comissário político e os responsáveis distritais da educação, saúde, produção, comércio, etc.

No topo encontramos a Província. A Província é dirigida pelo Conselho Provincial e o Comité Provincial, sendo este último encabeçado pelo Secretário Provincial e seu adjunto.

O Conselho Provincial compreende responsáveis de Comitês Distritais, membros designados pelos Conselhos de Distrito e de Localidade, responsáveis de diversos sectores de actividades, exército, educação, produção e comércio, saúde, Comissariado Político, etc. Este é o órgão máximo da província.

O Conselho Provincial designa os membros do Comité Provincial onde também se encontram os responsáveis de diversos sectores de actividades, o Secretário Provincial e seu Adjunto.

O Secretário Provincial é designado pelo Comité Central da Frelimo e representa Organização no seio da Província. É o responsável máximo da Província. O seu adjunto é designado pelo Departamento de Defesa, é membro do Estado Maior e é o responsável máximo do exército ao nível provincial.

Esta estrutura é democrática, porque a todos os escalões os membros são designados democraticamente o que permite o exercício do Poder Popular através de representantes escolhidos pelas massas, que se formam no seio da luta das massas e deram provas de fidelidade aos interesses populares.

A instalação destas estruturas fez-se após uma luta política intensa, que reflectia interesses de classe antagonicos no nosso seio.

Havia elementos que se opunham resolutamente à instauração do Poder Popular.

Uns, apresentado-se como defensores duma tradição espeziñhada pelo colonizador, mas na realidade reflectindo os interesses das camadas feudais, propunham a sobrevivência e revalorização do regulado, estrutura anti-democrática de tipo feudal que degenerara com o colonialismo e se tornara praticamente um instrumento deste.

Foi o trabalho político de consciencialização das massas, a reorganização da vida económica, em bases novas, o aparecimento dum poder armado popular, o exército e as milícias, quem progressivamente minou e isolou as bases do feudalismo, criando as condições propícias para o seu aniquilamento.

Uma outra tendência reflectia os interesses de camadas com vocação capitalista, o grupo de novos exploradores.

Esta tendência propunha-se manter as estruturas administrativas coloniais, substituindo apenas os funcionários europeus por funcionários africanos, eventualmente mesmo mudando o título dos cargos, mas mantendo o seu conteúdo anti-democrático e explorador.

Os partidários deste grupo apresentaram como argumentos maiores a tese que a exploração era só possível quando exercida pelo branco contra o preto e nunca pelo preto contra o preto; ainda mais, que a questão do poder se apresentava como um problema secundário, que deveria ser regulado depois da independência pois que na fase actual se arriscava a dividir-nos, uma vez que havia diversas teses em presença. Dizia-se ainda que a posição deles correspondia na realidade aos interesses das massas, uma vez que era incarnada por elementos civis com responsabilidades políticas, todos eles naturais da própria província, enquanto a tese adversária era esposada por militares, frequentemente vindos doutras províncias e desejosos de impor uma ditadura militar.

Graças ao apoio de Kavandame, Secretário Provincial e principal chefe de fila do grupo, esta posição entricheirara-se na Província de Cabo Delgado, onde Kavandame instalava como responsáveis a diferentes níveis os seus partidários.

Aqui foi também necessária a mobilização política das massas, a explicação da nova exploração que se instalava, para as levar a insurgir-se contra a camada exploradora que pretendia acaparar o poder. O facto dos novos titulares do poder o terem já utilizado para explorar os camponeses, através dum comércio privado que, explorando as dificuldades locais jogava a fundo a especulação, criava as condições propícias para a insurreição das massas contra os novos exploradores.

Nós dizemos que os sacrifícios aceites, o sangue que já foi vertido não pode permitir que novos parasitas se venham a alimentar do nosso suor e sacrifícios. As nossas armas não servem para defender os interesses dum punhado, mas sim os da maioria. É na base deste princípio que instalamos e defendemos o nosso poder, é para defender este poder que é realmente seu, que as massas consentem todos os sacrifícios.

## 2. A REORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA

Durante a dominação colonial a massa rural encontrava-se sujeita a diversos tipos de exploração.

As companhias monopolistas ocupavam vastas extensões de terra cultivada por legiões de trabalhadores forçados, recrutados

e fornecidos pela administração colonial. Ao mesmo tempo, nas zonas de concessão, as companhias obrigavam a massa rural a cultivar quotas anuais de certos produtos, como algodão, que a companhia comprava, em seguida, a preços de miséria, que impunha em conivência com a administração.

A administração colonial, sob o pretexto de que o africano devia fornecer uma contribuição braçal, além dos impostos (exorbitantes) que já pagava, forçava homens e mulheres a irem trabalhar gratuitamente meses e meses, na construção e reparação de estradas, no cultivo dos campos pertencentes aos funcionários administrativos, etc.

Os pequenos colonos, nas suas terras e lojas, nas suas casas, também utilizam o trabalho forçado africano.

Os régulos, um ou outro camponês africano rico, que beneficiava da simpatia da administração, também explorava o trabalho forçado.

Com o desencadeamento da luta armada, a exploração das companhias, da administração e dos pequenos colonos desmoronou-se com a retirada de presença militar inimiga. A necessidade de mudar a localização das povoações e a desorganização da vida que se seguiu aos inícios da luta, parou temporariamente a actividade produtiva.

Mas, as populações dirigidas pela FRELIMO reiniciaram rapidamente a produção. No começo, o objectivo fundamental era assegurar um mínimo para a subsistência da população e do exército. A ajuda mútua era de rigor.

Quando este objectivo foi atingido e graças ao desenvolvimento da luta armada criaram-se as condições para um incremento da produção agrícola, a organização da produção artesanal e a reestruturação geral da produção.

A produção agrícola foi organizada em diversos tipos: campos colectivos que constituem pertença da organização, destinados ao abastecimento de escolas e infantários, hospitais e centros de mutilados, assim como do exército; cooperativas agrícolas, em que o fruto do trabalho colectivo é repartido segundo a contribuição de trabalho fornecido; campos individuais, mas obedecendo ao princípio de ajuda mútua e não exploração do trabalho alheio.

Graças à consolidação das nossas zonas e ao esforço feito para melhorar, inovar as técnicas de produção e diversificar a mesma, a produção já começou a criar excedentes consideráveis, que servem tanto para as trocas internas, como para a exportação para os países vizinhos.

O aparecimento de excedentes na produção despertou a avidez de certas camadas com vocação capitalista.

Estas pretenderam instalar uma rede comercial interna de tipo privado, fundada numa especulação desenfreada, que explorava a grande falta de certos artigos indispensáveis, como tecidos, sabão, sal, etc.

Ao mesmo tempo, estes elementos procuravam recrutar trabalhadores para os seus campos, dando em troca do trabalho for-

necido durante um mês, alguns quilos de sal, ou uns metros de tecido.

Este grupo foi particularmente poderoso na Província de Cabo Delgado, onde era apoiado pelo então secretário provincial Lázaro Kavandame, ele próprio profundamente implicado nesse tipo de actividades.

Para melhor instalar o sistema de exploração procuraram sabotar o movimento cooperativo e destruir a rede de comércio externo e interno criada pela organização.

A luta contra este punhado de novos exploradores teve que ser desencadeada para salvaguardar os interesses populares e os objectivos da luta. Aquela estendeu-se entre fins de 1967 e princípios de 1969, momento em que completamente isolados, desmascarados e denunciados pelas massas, tais elementos desertaram.

Libertada dos novos exploradores, a produção pôde desenvolver-se notavelmente.

No início, porque a produção se encontrava submetida aos princípios do pacto colonial, isto é, destinava-se a satisfazer os interesses exclusivos da metrópole colonial, foi-nos necessário substituir os produtos destinados à economia colonial, algodão e oleaginosas, por produtos alimentares.

Actualmente, a produção agrícola é constituída, no essencial, por quatro tipos de cereais, três de tubérculos, seis de leguminosas, oito de produtos hortícolas, nove de frutos.

O facto de termos encontrado mercados nos países amigos, permitiu-nos relançar a produção de oleaginosas e hoje são produzidos nas nossas zonas seis tipos de oleaginosas.

A FRELIMO esforçou-se também por diversificar a produção agrícola. Foi o caso da introdução e generalização da produção hortícola em Cabo Delgado e Niassa, a introdução de certos tipos de oleaginosas em Tete e Niassa.

Fazem-se contínuos esforços no sentido de melhorar as técnicas agrícolas e introduzir outras novas, como a de fertilização dos terrenos pela utilização de estrume.

É de notar que, sentindo o progresso realizado nas zonas libertadas no campo de agricultura, o inimigo recorre a todos os métodos para destruir e sabotar o nosso esforço.

Tendo constatado o fracasso dos bombardeamentos com armas incendiárias e napalm contra os campos cultivados e celeiros, tendo sofrido baixas severas nas incursões heli-transportadas e outras, desde Abril de 1972 que o inimigo iniciou a guerra química contra a nossa produção, com ajuda dos racistas sul-africanos, que para isso fornecem aviões, pilotos e produtos químicos.

A actividade agrícola liga-se à criação de animais. Generaliza-se a criação de galinhas. A criação de porcos e cabritos desenvolve-se em Cabo Delgado e Tete, sendo ainda de assinalar, naquela província, a criação de gado bovino. A apicultura também aparece em todas as províncias.

A partir de 1967 começou-se a organizar o artesanato.

A extracção de sal da água do mar, tornou-se uma realidade em várias zonas de Cabo Delgado. A fabricação de utensílios domésticos, a olaria, a manufactura de cestos, generalizou-se em todas as províncias. Também foi iniciada a produção de instrumentos agrícolas, a partir do metal das viaturas inimigas.

A pesca e a produção de peixe seco, generalizou-se nas regiões marítimas e nas regiões onde se encontram lagos e rios ricos em peixe.

Assim, temos aumentado continuamente o volume e a quantidade de produção, embora, na fase actual seja difícil estabelecer-se um cálculo correcto.

A FRELIMO organizou, ainda, sob o seu controlo directo a rede de comércio interno, que permite às populações trocarem os seus excedentes de produção sem serem exploradas.

As exportações também têm aumentado. Assim, Cabo Delgado, no ano passado, exportou mais de um milhar de toneladas de diversos produtos. Num futuro próximo, o volume das exportações aumentará consideravelmente, pois que se reorganizou o comércio externo nas províncias de Niassa e Tete. As exportações servem para financiar a compra no exterior de diversos artigos manufacturados, como tecidos, calçado, artigos higiénicos, instrumentos de produção, objectos domésticos, etc.

O comércio externo é monopolizado pela Organização. Cereais e artigos de consumo não podem ser exportados. O essencial de exportação é constituído por sementes oleaginosas, gergelim, rícino, amendoim, castanha de caju, assim como por tabaco, cera, mel, peles, marfim, etc.

### 3. A NOVA ORIENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Ao pegarmos em armas para derrubar a ordem antiga, sentimos a necessidade de criar uma nova sociedade, forte, sã, próspera em que os homens livres de toda a exploração, colaborariam para o progresso comum.

No decurso da nossa luta, na dura batalha que tivemos que travar contra os elementos reccionários, compreendemos duma maneira muito clara os nossos objectivos. Sentimos particularmente que a luta pela criação de novas estruturas corria o risco de fracassar sem a criação duma nova mentalidade.

Esta nova mentalidade dependia, em grande parte, dum tipo de educação que déssemos, em especial às novas gerações de continuadores da revolução.

Ao nível da educação havia pois a necessidade de desencadear uma batalha política, que a demarcasse da educação tradicional ou colonial e a transformasse num instrumento da revolução.

Queremos com isto dizer que a educação para nós não significa ensinar a ler e escrever, a fazer dum grupo uma elite de "doutores" ao serviço deles próprios e das camadas privilegiadas.

Por outras palavras, assim como se pode fazer luta armada

sem se fazer revolução, também se pode ensinar sem educar duma maneira revolucionária.

Dentro deste quadro, a direcção da FRELIMO definiu que a tarefa principal da educação é, no ensino, nos livros de textos e programas, inculcar em cada um a ideologia avançada, científica, objectiva, colectiva, que nos permite progredir no processo revolucionário.

A educação deve dar-nos uma personalidade moçambicana que, sem subserviência alguma, assumindo a nossa realidade, saiba, em contacto com o mundo exterior, assimilar criticamente as ideias e experiências de outros povos, transmitindo-lhes também o fruto da nossa reflexão e prática.

Tendo ainda em conta o peso das tradições da nossa sociedade, faz-se um esforço particular no sentido de criar uma nova atitude na mulher, emancipá-la na sua consciência e comportamento e, ao mesmo tempo, inculcar no homem uma nova atitude e mentalidade em relação à mulher.

Trata-se, em resumo, de fazer assumir por todos, a necessidade de servir o Povo, de participar na produção, de valorizar o trabalho manual, de libertar a capacidade de iniciativa e desenvolver o sentido da responsabilidade.

Pela primeira vez na nossa história, há crianças, há jovens, que crescem fora do colonialismo e das tradições dogmáticas e imobilistas. Há uma geração, a primeira, que se forma ao calor da revolução e constitui o viveiro donde sairá a planta seleccionada que fará triunfar definitivamente a revolução.

O estudo científico nas nossas escolas aparece pois intimamente ligado ao estudo político e ao combate contra as ideias, valores e comportamentos que pertencem à sociedade inimiga. Do mesmo modo, o estudo está intimamente ligado, nas nossas escolas, à prática da produção.

Temos hoje organizados diversos tipos e níveis de ensino. Temos o ensino primário, que se entende por quatro classes. O número de crianças escolarizadas nas diversas províncias ultrapassa largamente as duas dezenas de milhar.

O número pode parecer insignificante, mas é de salientar, que em 1962, quando se constituía a FRELIMO, nas escolas primárias oficiais (coloniais) em Moçambique, se encontravam escolarizadas menos de 5000 crianças negras e mestiças.

Praticamente, em todos os locais em que instalámos escolas primárias, e estas são mais de duzentas, nunca tinha havido uma sequer.

O ensino secundário foi reorganizado em 1970, após uma interrupção de dois anos.

A interrupção apareceu como uma necessidade, pois, na época, devido a deficiências do nosso trabalho político e do sentido de vigilância, tinham-se propagado ideias reaccionárias, defendendo uma concepção elitista no seio dos alunos e muitos destes tinham-se afastado completamente da vida revolucionária.

O ensino secundário foi reorganizado de maneira a, em seis anos, habilitar os alunos a ingressarem em qualquer faculdade ou instituto superior.

No ano lectivo de 1974, funcionarão já as quinta, sexta, sétima e oitava classes, frequentadas por mais de três centenas de alunos.

É também de salientar neste campo que quando a FRELIMO se constituía, havia em Moçambique inteiro uma escassa centena de alguns negros e mestiços frequentando o ensino liceal oficial.

Temos ainda a funcionar no hospital Américo Boavida, uma escola de auxiliares de enfermagem, cuja segunda promoção se formou em fins de 1973, dispondo de mais de três dezenas de elementos. Nos diversos centros hospitalares funcionam também cursos de socorristas e muitas centenas deles foram já formados.

Em 1972, começaram ainda a funcionar cursos para a formação de professores primários.

Temos nos países socialistas assim como noutros, mais de uma centena de jovens a frequentar o ensino superior ou médio e nos últimos dois anos já recebemos perto de duas dezenas de jovens que terminaram os seus estudos superiores e se encontram engajados nas diversas tarefas da luta.

Também aqui não podemos deixar de comparar esta situação com a existente até à constituição da FRELIMO.

Em 1962, nas Universidades portuguesas, existia menos de uma dezena de estudantes moçambicanos negros. O total de moçambicanos negros que obtiveram diploma de ensino superior, durante a colonização portuguesa, é inferior à dezena.

Se estes magros números reveladores do obscurantismo sistemático do colonialismo, conhecem hoje uma modificação nas zonas ocupadas pelo inimigo, isso deve-se, exclusivamente, à pressão criada pelo desencadeamento da luta armada de libertação nacional e à condenação, pela comunidade internacional, da política obscurantista portuguesa.

Apesar, pois, das enormes dificuldades encontradas, das deficiências materiais, da falta de quadros, dos bombardeamentos e ataques contra as escolas, o balanço da actividade da FRELIMO no campo educacional apresenta-se já como superior ao do colonialismo português até à criação da nossa Frente.

Também no campo da educação, a nossa luta prova ser um acto libertador, o passo decisivo para a criação duma cultura nova ao serviço do homem, para a utilização da ciência em benefício das massas trabalhadoras.

#### 4. A ASSISTÊNCIA SOCIAL AO SERVIÇO DAS MASSAS

A assistência social às massas, sobretudo nos seus aspectos mais essenciais de assistência sanitária à maternidade e à infância, assistência aos mutilados de guerra e outros, é de criação recente no

nosso país e aparece como um resultado directo da linha política da FRELIMO.

O ponto de partida da nossa acção é o princípio essencial de servir as massas. É este princípio que determina as prioridades a estabelecer e orienta a concepção geral do nosso trabalho.

Na zona colonial o conjunto das actividades subordina-se ao duplo princípio de servir as classes exploradoras e permitir a exploração.

A assistência social e em particular a saúde inscreve-se nesta perspectiva.

A doença e a dor tornam o homem completamente dócil às exigências da sociedade exploradora. O tratamento médico, o especialista, os cuidados adequados não existem em função das necessidades mas apenas em função de quem os pode pagar. A distribuição geográfica dos serviços de saúde pelo país não corresponde às necessidades reais das massas, mas apenas às necessidades de lucro.

Se encontramos mais médicos e camas de hospital, mais especialistas e laboratórios, mais enfermeiros e analistas nas cidades de Lourenço Marques e Beira, se aí se concentra a maioria esmagadora do pessoal e dos serviços, isso significa apenas que nesses centros é que se encontram aqueles que podem pagar. A propaganda desenfreada para um maior consumo de produtos farmacêuticos, a multiplicação de esforços para produzir uma diversidade de medicamentos iguais no conteúdo, mas diferentes na apresentação e cada vez mais caros, exprime esta especulação capitalista sobre a saúde do homem.

Nas plantações e nas minas, nas fábricas e nas povoações não encontramos assistência médica. As zonas rurais encontram-se completamente abandonadas à tuberculose, à lepra, ao paludismo, as crianças morrem de diarreia e as mulheres de parto. Visto que não existem dados exactos, supõe-se que a taxa de mortalidade infantil, deve ultrapassar 600 por mil. A esperança de vida do moçambicano pouco ultrapassa os trinta anos.

Os infantários e clínicas maternais, os centros de recuperação dos mutilados de trabalho, a segurança social, os abonos de família são ignorados.

Milhares de moçambicanos regressam anualmente mutilados das minas da África do Sul, condenados a uma perspectiva de miséria e de esmola. As vítimas de acidentes de trabalho nas fábricas e nas plantações são puramente abandonados ao seu destino.

A assistência médica e social à maternidade e infância, o abono de família são desencorajados no que respeita à população africana, com o objectivo deliberado de diminuir o crescimento da nossa população, a fim de manter um equilíbrio étnico favorável ao colonialismo. O General Kaulza de Arriaga que é um dos principais orientadores da política colonial portuguesa, nas lições já citadas declarou:

“Pois se um abono de família tem que ser na metrópole, o maior possível para ter muitos filhos, não podemos fazer a mesma coisa em relação aos negros, senão têm também muitos filhos”.

“Se em Angola e Moçambique houvesse 20 ou 30 milhões de negros, o problema para nós seria extremamente grave, ainda bem que essas populações são tão reduzidas. Eu não sei se isto foi resultado da exportação que se fez para o Brasil, se foi isto, ainda bem que se fez essa exportação”.

“No que respeita à demografia, o ponto forte que existe na estrutura portuguesa, é o limitado potencial demográfico das populações negras”.

É esta situação que explica a política colonial deliberada de abandono das populações. Um facto recente testemunha claramente o desleixo e incúria das autoridades coloniais em relação às populações: o presente surto de cólera em Moçambique, que invade já países vizinhos, teve origem nas zonas ocupadas pelo inimigo, estendendo-se a partir de Lourenço Marques, a capital colonial.

A linha política da FRELIMO pôs os serviços sanitários ao serviço das massas. Isto significa para nós, em primeiro lugar, estabelecer a prioridade ao nível da medicina preventiva de massas, com vista a liquidar as causas de numerosas doenças endémicas.

Fizemos campanhas de vacinação que nunca existiram antes no nosso país. Na nossa zona, mais de 200 000 pessoas foram já vacinadas contra a variola e centenas de milhar foram-no contra a cólera. Criaram-se gafarias para a assistência aos leprosos, em zonas onde nunca tinha existido qualquer acção colonial contra o mal.

São contínuas junto das populações as campanhas para a aquisição de bons hábitos higiénicos, de modo a prevenir inúmeras doenças.

Regiões inteiras, que nunca conheceram um posto médico ou assistência sanitária, beneficiam hoje de assistência.

Educam-se as mães sobre a maneira de tratar das crianças, sobre os cuidados higiénicos e as dietas a seguir.

A nossa preocupação é preservar e melhorar o imenso capital representado pela saúde das massas. Assim, no campo da saúde levámos a cabo uma verdadeira revolução, pois instauramos estruturas e definimos objectivos e métodos que servem as massas, o que nunca existiu na nossa Pátria.

O êxito da nossa acção depende da participação activa e consciente das largas massas: daí a importância para os nossos serviços de saúde em seguirem uma linha política correcta para mobilizar e organizar as massas no combate contra a doença, explicar-lhes os objectivos a atingir, os motivos para o fazer, torná-las conscientes dos seus interesses. Por outras palavras, o combate contra a doença resulta do engajamento consciente das massas nesse combate, sob a orientação dos serviços de saúde, que funcionam como motor que dinamiza a acção.

O falarmos de combate entre duas linhas no campo da saúde e assistência social reflecte, portanto, a experiência prática do nosso Povo.

Apesar das nossas dificuldades materiais e técnicas, o termos alcançado êxitos superiores aos serviços coloniais de saúde, reflecte a justeza do nosso princípio: a técnica e as condições materiais, embora importantes, são secundárias em relação ao fundamental, a linha política. Em última análise, é este que determina o beneficiário da acção e a melhor técnica e condições materiais postas ao serviço da exploração, em nada beneficiam as massas.

A razão do nosso êxito deve-se, exclusivamente, ao facto de o nosso hospital pertencer ao povo, servindo-o, sendo isto um fruto da revolução.

Nós definimos o hospital como um centro em que se concretiza a nossa linha política de servir as massas, um centro em que se materializa o nosso princípio de que a revolução liberta o povo.

O nosso hospital é um centro de unidade nacional, um centro de unidade de classe, um centro de propaganda revolucionária e organizacional um destacamento de combate.

A produção aparece ligada à actividade do hospital, não só para fornecer os alimentos necessários, como também para estimular os convalescentes que se sentem reintegrados numa actividade, e reforçar os laços de unidade e colaboração entre o pessoal hospitalar e os pacientes.

Os nossos hospitais são também centros de formação política e educacional. O pessoal hospitalar age como equipa de propaganda política e educacional junto dos pacientes internados e das populações que vêm à consulta externa.

Da mesma maneira, a nossa linha reflecte-se nos infantários e nos centros de assistência aos mutilados.

Os infantários e os centros de assistência aos mutilados não são para nós instituições destinadas apenas a recolher crianças no primeiro caso e mutilados no segundo.

No que respeita às crianças, o nosso objectivo é integrá-las, desde a mais tenra idade, nos hábitos de vida e nas concepções de valores que fazem parte da nova sociedade em construção. Pelos jogos organizados, pelas canções que aprendem, pela orientação e disciplina que lhes são imprimidas, nos nossos infantários fomentamos nas crianças o espírito de iniciativa e responsabilidade, o sentido do colectivo, o amor mútuo, o apreço ao trabalho manual e ao estudo, o ódio à exploração. Criamos nelas, ainda, um espírito livre de qualquer superstição, o sentido da igualdade de ambos os sexos.

Por isso, as nossas crianças, denominam-se a si próprias, "continuadores" da revolução.

Os centros de assistência aos mutilados de guerra e outros foram concebidos de modo a reintegrar estes elementos numa actividade de acordo com as possibilidades de cada um e evitar que

se sintam como incapazes e inúteis, inválidos. Na revolução não há inválidos, porque cada um é sempre capaz de fornecer uma contribuição à causa comum. Têm lugar nestes centros actividades educativas, de alfabetização, de elevação do nível de conhecimentos.

A produção também aí se encontra organizada. Grandes hortas, por exemplo, são preparadas e trabalhadas pelos próprios mutilados, que reencontram, assim, um sentido de utilidade para a sua existência, e perdem qualquer complexo por se sentirem como pesos mortos e sobrecargas no seio da sociedade. Trabalhos de alfaiataria, sapataria e outros são confiados aos camaradas mutilados, que assim se integram no processo geral do trabalho social.

É certo que, nos diversos campos, muito nos resta a fazer. Não dispomos de material suficiente, o nosso pessoal ainda não está à altura, basta dizer que nas nossas zonas libertadas ainda não dispomos de nenhum médico. A estas dificuldades acrescentam-se as resultantes das actividades criminosas do inimigo, os seus ataques e sádicos bombardeamentos contra hospitais e infantários.

No entanto, o nosso trabalho prossegue e é precisamente pelo êxito alcançado que o mesmo desperta um tão grande ódio por parte dos colonialistas.

Instala-se progressivamente, uma nova ordem social popular, criam-se os fundamentos de um aparelho de poder que exprime as novas relações de força existentes no nosso país, favoráveis às massas laboriosas, transformando, por isso, a sociedade, edificando a sociedade nova, em que o homem se reconcilia consigo e com a natureza.

O processo de transformação que tem lugar no nosso país resulta, essencialmente, da luta do nosso povo, mas recebe, no entanto, uma contribuição importante fornecida pelo combate e pela solidariedade de todos os outros povos.

## **V — A REVOLUÇÃO MOÇAMBICANA NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO MUNDIAL**

A luta do Povo Moçambicano na fase actual inscreve-se em três perspectivas. Trata-se de uma luta anti-colonialista destinada a destruir o estado colonial-fascista, de uma luta anti-imperialista destinada a destruir a dominação das companhias multi-nacionais e a pôr termo à utilização imperialista do nosso país como uma plataforma de agressão contra os regimes progressistas africanos e zona de defesa dos bastiões racistas e fascistas, e, por último de uma luta destinada a liquidar o sistema de exploração do homem pelo homem e a instaurar uma nova ordem social ao serviço das massas populares trabalhadoras.

Estas diferentes dimensões da nossa luta constituem a realidade concreta do nosso combate quotidiano: as tropas inimigas que combatemos são armadas pelas potências imperialistas nomea-

damente os Estados Unidos, a Alemanha Federal, a França e o Reino Unido.

Além do exército colonial português enfrentamos as forças armadas da Rodésia e da África do Sul, armadas pelas mesmas potências. Uma fracção das tropas portuguesas, em particular a sua força aérea e os oficiais superiores, são treinados e fazem estágios nos Estados Unidos e na Alemanha Federal, frequentam cursos ministrados por oficiais americanos, ingleses e franceses, especialistas das guerras coloniais de agressão. "Conselheiros" militares destas potências, embora não oficialmente, participam na elaboração de operações e, por vezes, controlam mesmo o seu desenvolvimento. A guerra colonial de agressão é financiada pela actividade económica das grandes companhias, que exploram o nosso povo e pilham as nossas riquezas.

Nas zonas libertadas do nosso país, o Estado Colonial-Fascista foi destruído e com ele desapareceu a dominação das companhias. Nas zonas livres edifica-se o Poder Popular.

O combate contra o colonialismo, o fascismo e o imperialismo, contra a exploração do homem, é o combate de toda a humanidade por uma nova ordem social, a paz e a fraternidade entre os povos.

Assim, a FRELIMO considerou sempre que a nossa luta faz parte integrante da luta geral dos povos por um mundo novo, livre de todas as formas de exploração e opressão, livre da guerra.

A acção exterior da FRELIMO determinada pela nossa situação integra-se no conjunto da nossa linha política e corresponde às realidades concretas do nosso combate.

Deste modo, a política externa da FRELIMO age no sentido de isolar o inimigo e reforçar a solidariedade internacional para com o nosso povo.

O colonial-fascismo português apresenta-se hoje como uma das formas mais decadentes e denunciadas do sistema de exploração do homem. O seu obscurantismo, as suas práticas terroristas, o recurso sistemático aos crimes mais sádicos e ao próprio genocídio, encheram de horror toda a humanidade.

Os próprios governos aliados de Portugal são obrigados, pela pressão da opinião, a condenarem o colonialismo português, como o testemunhou a resolução 322 (1972), votada unanimemente pelo Conselho de Segurança em 22 de Novembro de 1972. Nessa resolução, além de se condenar a agressão colonial, exigia-se que Portugal iniciasse negociações com os movimentos de libertação, implicitamente reconhecidos como representantes dos seus povos, na base do reconhecimento do direito à auto-determinação e à independência imediata.

O massacre de Dezembro de 1972 em Wiriamu e outras aldeias vizinhas, forçou o próprio Vaticano a afastar-se da sua política habitual de silêncio em relação à guerra colonial e levou numerosos governos membros da OTAN a exigirem um inquérito internacional. O vexame político infligido ao Primeiro-Ministro Caetano, em Londres, quando cerca de metade do parlamento

britânico o acusou de assassino, é claro testemunho do isolamento do regime português.

É certo que explorando o clima de desanuviamiento na Europa, e, nomeadamente, a Conferência de Segurança Europeia, jogando a fundo o seu servilismo perante as necessidades logísticas do imperialismo americano em relação à base dos Açores, utilizando as complicitades de que goza junto das grandes sociedades multinacionais e alguns governos membros da CEE, o regime de Lisboa tenta, freneticamente, deter o seu inevitável isolamento.

Uma das tarefas centrais da solidariedade internacional para com o nosso povo é, pois, a de neutralizar as tentativas colonialistas de romper o isolamento de que Lisboa é objecto.

É imperativo alargar-se o movimento internacional contra a utilização colonialista da OTAN. Os factos testemunham amplamente que a continuação da guerra colonial está intimamente ligada à ajuda militar, financeira e técnica da OTAN em geral e dos Estados Unidos, França, Alemanha Federal e Inglaterra, em particular.

A cessação das actividades económicas estrangeiras no nosso país é uma exigência imediata: todas as guerras se fazem com o apoio do aparelho económico. Os meios imperialistas que pretendem que essas actividades são benéficas para o nosso povo, ou, ainda, que não têm incidência directa sobre a guerra, além de manifestarem o maior desrespeito pela opinião do nosso povo, expressa pelos seus legítimos representantes, demonstram a maior desonestidade. No decurso da II Guerra Mundial as potências aliadas definiram sempre como um dos alvos principais dos seus ataques, os centros económicos inimigos, incluindo os territórios ocupados pelos Nazis. Numerosos governos, como o da França, tomaram medidas punitivas contra as empresas nacionais que prosseguiram a sua actividade económica durante a ocupação.

De importância particular é o gigantesco projecto de Cabora Bassa, financiado e construído pelas instituições financeiras e companhias americanas, inglesas, alemães-ocidentais, francesas e outras. É de salientar de novo que as barragens constituíam alvos importantes durante a II Guerra Mundial.

Creemos também que importa desenvolver a campanha contra o fornecimento de meios de transporte aos colonialistas portugueses: aviões, navios, locomotivas, camiões; de igual modo, deve combater-se o fornecimento dos meios de construção de vias férreas e estradas, que se destinam, essencialmente, ao reforço do aparelho inimigo. Uma vez mais, a comparação com a situação da II Guerra Mundial desmascara a intenção dos países e empresas que contribuem para o reforço do aparelho logístico colonialista: os aviões e navios, mesmo não armados e de simples transporte, os camiões e locomotivas, as vias férreas, estradas e pontes, constituíam, e era justo que assim fosse, alvos dos ataques das forças aliadas.

O pretexto que as relações económicas com Portugal colonialista são uma necessidade, não resiste a qualquer exame. Quando

os países árabes, que são subdesenvolvidos, decidiram cessar os seus fornecimentos de petróleo a Portugal em sinal de solidariedade para com a África, quando os países africanos, que são subdesenvolvidos, conseguiram romper as suas relações económicas com Portugal, não é possível crer-se que países industrializados e desenvolvidos dependam, para o seu progresso, do comércio com Portugal colonialista, fascista e subdesenvolvido.

Além de visar o isolamento do inimigo e o reforço do movimento de solidariedade para com o nosso Povo, a política externa da FRELIMO exprime o nosso princípio fundamental de internacionalismo. A nossa política externa visa, pois, exprimir também os sentimentos de solidariedade, fraternidade e amizade do nosso Povo, para com o combate de todos os povos contra o colonialismo e o imperialismo, contra a exploração, pela edificação duma nova sociedade fundada na justiça social, na democracia, no progresso e na paz.

A defesa da unidade mais larga, da frente mais ampla em cada momento do processo revolucionário, além de ser uma constante da nossa política interna é um dos nossos princípios essenciais da política externa.

Creemos que quando se trata dos interesses fundamentais dos Povos no seu combate contra o colonialismo e o imperialismo e pela revolução, não podem subsistir contradições que dividam as forças revolucionárias. Que estas apareçam, faz parte inevitável e é uma necessidade do progresso das ideias e prática revolucionárias. Mas o método de as resolver correctamente tem sempre que ter em conta que o nosso objectivo essencial é a vitória dos interesses populares e esta é inseparável da nossa unidade.

Tendo em conta a natureza e objectivo do nosso combate, os nossos aliados naturais são essencialmente os movimentos de libertação nacional, em que se incluem necessariamente, os países recentemente libertados, em especial africanos, os países socialistas, as massas trabalhadoras e, nomeadamente, a classe operária, as forças progressistas anti-colonialistas e anti-imperialistas dos países capitalistas.

A aliança estreita com os povos irmãos de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, que sob a direcção respectivamente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), conosco, de armas na mão combatem, o mesmo inimigo, é uma exigência lógica da luta.

A recente proclamação da República da Guiné-Bissau, que a FRELIMO saúda como uma vitória para os povos em luta contra o colonialismo português, contribui poderosamente para isolar diplomaticamente o regime de Lisboa e tornar evidente a natureza agressora dos colonialistas portugueses.

A criação duma frente comum de luta do Povo Angolano, em que o MPLA desempenha um papel decisivo e dinâmico é de natureza a reforçar o combate comum contra o opressor.

A dinamização actual da luta patriótica em S. Tomé e Príncipe, sob a direcção do MLSTP, constitui uma contribuição importante na luta contra o sistema de dominação colonial-imperialista, pois atinge um centro estratégico importante no dispositivo logístico inimigo.

A nossa solidariedade e apoio são totais no que respeita às forças nacionalistas que na Rodésia, na África do Sul e em Namíbia, combatem contra os regimes de Salisbúria e Pretória. A luta de libertação nacional dos povos da África Austral tem incidências directas e imediatas do nosso próprio combate, o que explica os laços estreitos que nos unem.

A presente intensificação, na Rodésia, da luta armada de libertação nacional, graças aos êxitos alcançados no campo da unidade, forçará os agressores racistas do regime de Salisbúria a diminuir o seu apoio efectivo à guerra colonial portuguesa. O alargamento do combate é de molde a criar melhores condições de luta para o nosso povo.

O desenvolvimento, sob a direcção da ANC, do movimento reivindicativo e de mobilização popular na África do Sul, cria, progressivamente, as condições para sejam desencadeadas formas superiores de luta no centro do império racista.

Ainda neste quadro, o justo combate armado do Povo da Namíbia sob a direcção da SWAPO, contra a anexação racista e pela libertação nacional, diminui a capacidade agressiva do regime de Pretória e torna mais favoráveis as condições de luta e vitória dos nossos povos.

O combate heróico e gigantesco dos Povos da Indochina, a sua vitória sobre o agressor mais cruel e sangrento da nossa época, o imperialismo americano, não só suscitou a nossa maior solidariedade, como também constitui um estímulo e uma fonte de inspiração constantes na nossa própria luta.

A larga frente unitária de combate constituída pelo Partido dos Trabalhadores do Vietnam e o governo da RDV, pela Frente Nacional da Libertação na República do Vietnam do Sul e o seu Governo Revolucionário, pela Frente Nacional Unida do Cambodja e o seu Governo, pela Frente Patriótica do Laos, a combinação do combate político armado com a luta diplomática, fornecem-nos um enorme capital revolucionário, teórico e prático.

O combate do Povo Palestino pelos seus direitos nacionais, a luta de libertação dos Povos Árabes, da América Latina e Asia, integrando-se no movimento geral dos Povos para a libertação nacional constituem formas poderosas de apoio e estímulo para o nosso próprio combate.

Os países africanos anti-colonialistas são aliados fundamentais do nosso combate. Muitos deles, como é o caso da Tanzânia, da Zâmbia, do Congo, da Guiné, do Zaire, do Senegal, aceitam numerosos sacrifícios para nos apoiarem. O seu sangue foi frequentemente vertido no curso de agressões bárbaras cometidas pelos colonialistas. O combate da África pela recuperação das suas riquezas nacionais, pelo desenvolvimento económico e social e as liber-

dades democráticas, reforça, consideravelmente, as condições favoráveis para o nosso combate.

A acção dos países africanos e em particular da OUA, tem sido um factor decisivo no isolamento do colonialismo português e no reforço da solidariedade internacional para com a nossa luta.

É de salientar que esta acção mobilizadora da OUA levou os países afro-asiáticos e não alinhados a engajarem-se mais decididamente ao nosso lado. Os resultados das recentes cimeiras de Argel, quer dos países não alinhados, quer dos países árabes exprime esta realidade.

A causa anti-colonial, anti-fascista e anti-racista, suscita o apoio de todas as forças sãs da humanidade.

A nossa experiência demonstrou que é possível realizar, à escala da Humanidade inteira, uma vasta frente para o isolamento do colonialismo português.

No seio de países engajados na OTAN e que apoiam económica e militarmente a guerra colonial, a acção das forças populares é capaz de levar os governos a demarcarem-se do colonialismo português, como o demonstram as tomadas de posição dos governos da Holanda, Dinamarca e Noruega.

A recente tomada de posição das forças populares na Itália e Bélgica, entre outros, tem tido repercussões positivas ao nível dos governos. Outros governos, como a Suécia e a Finlândia, que mantinham tradicionais boas relações com Portugal, engajam-se, hoje em dia, graças à reacção popular, no apoio à nossa causa.

O progresso dos movimentos reivindicativos das massas trabalhadoras europeias, o desenvolvimento das correntes que lutam pela unidade das forças progressistas no seio da sociedade capitalista, são de molde a enfraquecer o imperialismo e contribuir, assim, para o êxito comum.

De importância particular para nós é o desenvolvimento do movimento contra a guerra colonial de agressão que tem lugar em Portugal.

As baixas crescentes infligidas às tropas coloniais, a subida vertiginosa do custo de vida em consequência da guerra, combinadas com as campanhas das forças democráticas portuguesas conduziram à tomada crescente de consciência por parte das largas massas.

As massas trabalhadoras e a classe operária que suportam o peso principal da guerra, em vidas, em impostos e deterioração das suas condições materiais, os estudantes e os meios intelectuais, têm desempenhado um papel relevante a este nível. Devemos salientar que a acção do Partido Comunista Português e outras forças progressistas e democráticas, foi decisiva neste processo. Encontramos hoje todas as camadas sociais e sectores de opinião não fascistas empenhados na luta contra a guerra colonial, como o demonstrou o manifesto contra a guerra colonial aprovado pelo Congresso dos Democratas Portugueses, que teve lugar em Aveiro, em 1973.

Registamos com satisfação o largo movimento de desertores e refractários que chega a atingir um quarto dos efectivos a serem mobilizados anualmente. É de salientar que o número de desertores e refractários desde o início das guerras coloniais ultrapassou já os 250 000, de acordo com as estatísticas do exército colonial-fascista.

Foi neste contexto de crescimento da consciência política anti-colonialista portuguesa, que surgiu, em 1970, uma nova fase decisiva do combate contra a guerra colonial: organizações democráticas, como a ARA e as Brigadas Revolucionárias, no quadro da sua estratégia de luta anti-fascista, definiram como alvo dos seus ataques armados a máquina de guerra colonial. Esta nova fase foi saudada por nós com a abertura de uma quarta frente contra o regime colonial-fascista. De êxitos atingidos por esta quarta frente, além de estimularem e apoiarem o nosso povo na sua luta e de demonstrarem a amizade do Povo Português, dinamizaram o movimento popular português contra a guerra colonial, levando novas forças a nele se engajarem. O Congresso dos Democratas em Aveiro, que precedeu as eleições fascistas, assim como as manifestações organizadas pela oposição democrática unida durante a campanha eleitoral, demonstraram a amplitude do movimento anti-colonialista português e militam a favor do reforço da amizade e solidariedade fraternais entre os nossos Povos.

Nos países socialistas, onde, seguindo o exemplo da grande Revolução Socialista de Outubro, já foi derrubado o sistema de exploração do homem pelo homem, as massas no poder constroem a nova sociedade e constituem a zona libertada do nosso planeta, a grande retaguarda estratégica do nosso combate. A rica experiência teórica e prática que eles adquiriram no combate de libertação contra a velha sociedade e a construção da nova, é uma fonte inesgotável de inspiração para todos nós. O apoio moral, político, diplomático e material concedido à nossa luta é um factor importante dos êxitos que alcançamos. Aqueles países são nossos aliados naturais durante todo o processo da Revolução porque o seu objectivo é a edificação da nova sociedade, livre de todas as alienações do homem. A sua existência cria o factor objectivo exterior decisivo para o triunfo actual da nossa Revolução Democrática e Popular.

De 1971 para cá, reforçaram-se, entre nós, extraordinariamente, os laços de amizade e solidariedade, assim como o apoio fraternal e exemplar prestado pelos países socialistas à nossa causa. O estabelecimento de relações directas entre a FRELIMO e os partidos dirigentes da República Democrática Alemã, Bulgária, China, República Popular Democrática da Coreia, Jugoslávia, Roménia, União Soviética e República Democrática do Vietnam, contribuiu, poderosamente, para o aprofundamento do conhecimento das mútuas experiências, para uma melhor apreensão das nossas necessidades e realidades e, assim, o apoio material tornou-se mais adequado em relação à situação.

Os progressos dos países socialistas, tanto no plano interno como externo, a destruição do clima de guerra fria e de histeria

anti-comunista, que os imperialistas tentaram impor, a ruptura do isolamento da República Democrática Alemã e da China, a vitória da RDV, o início do diálogo com vista à reunificação da Coreia, são de natureza a reforçar as forças anti-imperialistas do mundo.

O combate anti-imperialistas é indissociável do combate pelo estabelecimento de uma paz justa e duradoira. Como o demonstra a nossa experiência, a guerra colonial não reflecte um antagonismo entre o nosso Povo e o Povo Português. A causa da guerra encontra-se no imperialismo, no colonialismo e no sistema de exploração. A luta contra o imperialismo é uma contribuição decisiva para a causa da paz, assim como a luta pela paz, a mobilização da Humanidade inteira contra os factores da guerra de agressão reforça e constitui uma contribuição decisiva para o combate anti-imperialista.

O combate pela paz justa e duradoira, pelas relações fraternais entre os povos é um constante fundamental da política exterior da FRELIMO.

Assim, a FRELIMO saúda e apoia os esforços para o desanuviamento na Europa, pela transformação do Mediterrâneo e do Oceano Índico, ao qual estamos directamente ligados, em zonas de paz.

É evidente que a paz forma um todo e não contribuiria realmente para ela a simples transferência das zonas de tensão duma região para outra. É neste quadro que se impõe a denúncia da política colonial portuguesa de tentar revestir uma máscara pacífica na Europa, ao mesmo tempo que intensifica a guerra colonial e as provocações e agressões contra países africanos independentes.

A acção das Nações Unidas, em especial o Comité dos Vinte e Quatro e organismos especializados a ela ligados, contra a guerra colonial e pelo reconhecimento do direito à independência total e imediata dos nossos países é uma contribuição positiva para a paz no nosso país e no mundo, objectivo essencial da ONU.

Grandes progressos foram realizados no seio da ONU, desde que em 1960 foi votada a resolução 1514 (XV).

Graças à acção conjugada dos países africanos, asiáticos, socialistas e dos não alinhados, assim como de todos os países anti-colonialistas no mundo, a ONU reconheceu a legitimidade da nossa luta, bem como a nossa representatividade, condenando, firmemente a guerra colonial portuguesa e a rede de cumplicidades políticas, económicas e militares que a tornam possível. Simultaneamente, graças aos repetidos apelos da ONU, os organismos especializados e diversos países membros reintensificam o apoio material ao nosso combate de libertação e reconstrução nacional.

As organizações internacionais democráticas de massas africanas, afro-asiáticas e mundiais como o movimento Pan-Africano da Juventude (MPJ), a Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (OSPAA), e a Tricontinental, o Conselho Mundial da Paz (CMP), a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), a União Internacional dos Estudantes (UIE), etc. desempenham um importante papel na mobilização e coordenação da

acção da opinião pública africana e mundial, em defesa dos princípios e posições políticas que são as nossas.

Neste imenso esforço também participam organizações humanitárias e religiosas como o Conselho Mundial das Igrejas.

Paralelamente, a acção a nível nacional dos países ocidentais dos comités de apoio aos movimentos de libertação, desenvolve uma acção de grande valia tanto na consciencialização da opinião pública, como na organização de pressões sobre os governos e companhias, a fim de os forçar a cessarem o apoio ao colonialismo português e a apoiarem a causa da libertação nacional.

A luta de libertação do nosso povo, entre os seus objectivos centrais, visa a conquista do nosso direito de instaurarmos o sistema social que corresponde aos nossos interesses, à afirmação da nossa personalidade nacional e africana.

Assim, a FRELIMO rejeita e combate as tentativas do colonialismo português e do imperialismo em integrar o nosso País em sistemas de alianças imperialistas, destinadas a intensificar a agressão contra o nosso povo e as forças progressistas africanas e mundiais.

A este nível, também o nosso combate pela independência nacional exige a defesa intransigente da nossa independência na formulação da nossa política internacional e o respeito escrupuloso dos princípios de igualdade e não ingerência nos assuntos internos, nas relações com as outras organizações e países.

A frente internacional é para nós um campo importante de acção. Os progressos registados no combate mundial dos Povos tornam-se mais do que nunca favoráveis às condições para a vitória da luta comum, da Revolução.

O Povo Moçambicano que no seu combate encontra o carinho e a solidariedade crescentes de todos os Povos do mundo, saberá respeitar e valorizar o sacrifício que os Povos irmãos consentem para o apoiar, cumprindo sempre o seu dever revolucionário nacional e internacional.

## **VI — PERSPECTIVAS**

As severas derrotas que as forças armadas colonialistas têm sofrido, combinadas com o crescente isolamento internacional de Portugal e a oposição cada vez maior à guerra das forças sãs do Povo Português, levaram os colonialistas a fazerem certas concessões de forma, destinadas a enganar a opinião e manter a essência de dominação.

É nesta perspectiva que se insere o chamado estatuto de autonomia, de que o governo fascista português tanta propaganda faz.

Nos últimos vinte anos, Moçambique foi sucessivamente colónia, província ultramarina e estado. A mudança de nome que corresponde à pretensa mudança de estatuto, em nada alterou o conteúdo, a forma e os métodos, quer da administração colonial, quer do sistema de exploração pela mesma defendido.

Para melhor confundir a opinião pública e entreter as ilusões de certos meios, Marcelo Caetano, ao mesmo tempo que faz as mais solenes declarações sobre a unidade e integridade entre a "metrópole" e as colónias, permite que outros dos seus sequazes propaguem a ideia de que a autonomia é o primeiro passo para a independência.

Vemos assim em Moçambique, certos elementos, ligados aos mais importantes monopólios portugueses, criarem um exército privado e organizações políticas fantoches, destinadas a "lutarem" pela independência e a combaterem a "ameaça comunista" personificada pela FRELIMO. Esses mesmos meios entretêm, junto de certas camadas da população europeia, ilusões acerca da viabilidade duma independência branca nos moldes da Rodésia, utilizando, eventualmente, alguns fantoches africanos para melhor mascarar a manobra.

Jogando pois com os ultra-colonialistas saudosos do império e beneficiários das formas mais primitivas de exploração e com os ultra-racistas desejosos de criarem um império branco da África Austral, dependente do capitalismo monopolista, Marcelo Caetano pretende prolongar ainda a agonia do seu regime.

Mas a realidade existente é mais forte do que todas as ilusões e esperanças das forças exploradoras.

A FRELIMO é uma força política e militar cada vez mais poderosa.

Nas províncias onde a luta armada ainda não se desencadeou, a presença da FRELIMO é forte e as vagas de milhares de prisões que se sucedem testemunham bem esta presença.

Nas zonas de luta armada o exército português tem sofrido derrotas tão desastrosas que os aliados racistas de Portugal, exprimem um alarme e uma inquietação crescentes, que levam Marcelo Caetano a publicamente os acusar de inexperiência e de "fazerem o jogo do inimigo".

Os setenta mil soldados portugueses, mais duas ou três dezenas de milhares de soldados fantoches armados e financiados pelos países da OTAN e apoiados pelas forças aéreas e terrestres da África do Sul e Rodésia, a tal ponto se manifestam incapazes de impedir o alastramento da guerra e a sua retirada de zonas cada vez maiores, que a direcção portuguesa se vê compelida a estudar a hipótese de um aumento do serviço militar para seis anos.

A extensão da luta para Tete e Manica e Sofala, atingiu os interesses económicos e estratégicos mais sensíveis do inimigo, forçando-o a mobilizar forças enormes para protecção desses locais, desguarnecendo, por consequência, novos sectores, o que em definitivo conduz o exército colonial a um enfraquecimento.

A confiança estratégica que o inimigo deposita na força aérea tem-se demonstrado inteiramente vã. Com efeito, o fundamental é o controlo da terra, que é onde se encontram os homens e as riquezas. Em última análise, até a força aérea é obrigada a permanecer mais tempo no solo do que no ar, tornando-se assim mais vulnerável aos nossos golpes, como foi provado nos recentes

ataques contra Mueda e Chingozi, respectivamente em Cabo Delgado e Tete, onde, no total, foram destruídos no solo 56 aviões e helicópteros. Apesar do monopólio dos ares, os colonialistas não conseguiram deter a extensão constante da nossa luta.

Dentro deste contexto as hipóteses de independência branca desmoronam-se completamente. Não é um exército fantoche sem moral e entusiasmo e recrutado à força que pode substituir o exército colonial português. A própria África do Sul e Rodésia juntas não possuem sequer um terço do potencial humano de que dispõe Portugal e é-lhes impossível substituírem-se aos efectivos portugueses.

Resta, evidentemente, a hipótese duma internacionalização maior da guerra colonial.

Os constante apelos de Portugal para que a zona de intervenção da OTAN se estenda a sul do Trópico de Capricórnio para integrar as suas colónias, as campanhas históricas da África do Sul acerca duma pretensa ameaça soviética ou chinesa contra a rota do Cabo, fazem parte da campanha destinada a salvar o colonialismo e o imperialismo na África Austral.

É certo que o descrédito que rodeia a causa do colonialismo e do racismo, o protesto popular crescente nos países da OTAN contra o envolvimento desta nas guerras coloniais portuguesas, não permitem facilmente uma participação imediata mas directa e aberta, por parte das potências imperialistas.

No entanto, os precedentes criados pelos Estados Unidos na Indochina e na América Latina, o número cada vez maior de missões militares e conselheiros dos diversos países da OTAN, que vêm a Moçambique, a pressão dos meios económicos que investem massivamente no nosso país, não permitem excluir a hipótese duma nova e mais séria agressão internacional contra nós.

A intensificação actual da agressão sul-africana e rodesiana, como o testemunharam as operações conjuntas dos dois exércitos racistas no Zumbo, em Setembro último, marca o início da presente escalada na agressão imperialista contra o Povo Moçambicano.

Já não se trata de impedir a inevitável derrota final do colonialismo português por todos desprezado. A nova agressão tem como alvo central a Revolução Moçambicana, o combate libertador na África Austral, e o desenvolvimento Revolucionário da África Austral, Centra I e Oriental. Trata-se de uma agressão contra a Revolução Africana, contra a luta dos Povos Africanos por um futuro livre, próspero, justo e pacífico.

A linha e a acção da FRELIMO que exprime os interesses objectivos do nosso povo e das nossas massas trabalhadoras, conduziram, no processo prático do combate, ao aprofundamento do conteúdo da nossa luta.

A partir do momento em que este aprofundamento atingiu as raízes da dominação, o sistema de exploração do homem e as instituições que mantêm o sistema, a nossa luta transformou-se qualitativamente em Revolução.

Aquela é democrática e nacional, porque visa a libertação da Pátria de todas as formas de dominação estrangeira, a liquidação das forças ultrapassadas da dominação feudal herdada do passado e a conquista efectiva das liberdades democráticas pelas massas. A Revolução é também Popular porque se propõe instaurar uma nova ordem social fundada nos interesses objectivos das massas laboriosas, em que o poder pertence e é exercido por elas em todos os sectores da sociedade. Este processo materializa-se de dia para dia nas zonas libertadas através das instituições criadas, através das relações sociais de produção, através da nova vida que se vai criando.

É essa nova vida que responde às aspirações do nosso povo, que torna possível a apreensão da ideia da revolução pelas largas massas. A ideia revolucionária assumida pelas massas torna-se uma força material invencível que destrói o exército colonial-fascista e os fundamentos do sistema de exploração na nossa Pátria, força essa que destruirá qualquer nova agressão que porventura tenha lugar.

A nossa justa guerra de libertação completa dez anos em 1974. É possível que as cumplicidades de que o colonialismo português beneficia, ou mesmo uma agressão aberta do imperialismo prolonguem ainda o conflito.

Mas a nossa vitória é inevitável, e como o proclamou o nosso Presidente Mondlane pouco antes de ser assassinado, pouco importa que levemos vinte ou trinta anos para obter a vitória: o que conta é a independência total do país e a vitória dos interesses populares. Para nós, a alternativa não é entre morrer combatendo e vivermos dominados. A morte é inevitável para o homem. A verdadeira alternativa é entre vivermos combatendo pela vitória ou aceitarmos passivamente a exploração, a dominação e a opressão.

A realidade que vivemos demonstra que a vitória é possível, que a vitória se torna realidade.

Durante muito tempo e sobretudo para a maioria dos observadores dos países ocidentais, o colonialismo português aparecia como uma manifestação quase arqueológica, um capricho anacrónico dum ditador que vivia ainda à hora da Conferência de Berlim.



As formas particularmente opressivas de exploração a que estão submetidas as largas massas trabalhadoras não aparecem como episódios ou marginais. Correspondem, como se verificou, a exigências do colonialismo e das grandes companhias multinacionais que controlam a economia moçambicana e a África Austral.



A educação deve dar-nos uma personalidade moçambicana que, sem subserviência alguma, assumindo a nossa realidade, saiba, em contacto com o mundo exterior, assimilar criticamente as ideias e experiências de outros povos, transmitindo-lhes também o fruto da nossa reflexão e prática.



A frente internacional é para nós um importante campo de acção. Os progressos registados no combate mundial dos Povos tornam-se mais do que nunca favoráveis às condições para a vitória da luta comum, da Revolução.



A Revolução moçambicana é democrática e nacional, porque visa a libertação da Pátria de todas as formas de dominação estrangeira, a liquidação das forças ultrapassadas da dominação feudal herdada do passado e a conquista efectiva das liberdades democráticas pelas massas. A Revolução é também popular se propõe instaurar uma nova ordem social fundada nos interesses objectivos das massas laboriosas, em que o poder pertence e é exercido por elas em todos os sectores da sociedade.

**Colecção "Estudos e Orientações"**  
**Caderno n.º 8**  
**Edições da Frelimo**